

**Relatório de Estágio no Instituto da Defesa Nacional: Governação
Internacional no domínio da Segurança Europeia**

Catarina Alexandra Martins Mendes

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, com especialização em Relações Internacionais**

Dezembro 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Relações Internacionais realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes e do Professor Doutor Rui Branco

AGRADECIMENTOS

Com o presente trabalho concluído, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que estiveram do meu lado durante estes meses de trabalho e me ajudaram a concluí-lo com o seu apoio.

Quero começar por agradecer à minha família, em particular aos meus pais, que nunca se cansam de me apoiar em todas as escolhas da minha vida e que, sem surpresa, me apoiaram na realização deste trabalho. E ao meu namorado, que me apoiou e confortou nos momentos mais difíceis e me felicitou nos meus melhores momentos. A eles devo aquilo que sou hoje.

Não poderia deixar de agradecer aos colaboradores do IDN que me fizeram sentir em casa ao longo destes seis meses e que me proporcionaram oportunidades de aprendizagem e momentos de amizade que ficarão para sempre comigo. Em particular, não poderia deixar de agradecer à minha orientadora do presente trabalho, a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, que com a sua maneira de ser tão especial, me fez sentir apoiada nos momentos mais difíceis durante o estágio, mas também me proporcionou momentos de contacto com personalidades internacionais de excelência nas áreas trabalhadas, algo que me enriqueceu pessoal e profissionalmente. Mas também não posso deixar de agradecer às colegas com quem partilhei estes meses de estágio e que enriqueceram o meu conhecimento e me apoiaram durante o mesmo, em especial à Ana Carolina Pontes, à Raquel Pinto e à Madalena Ricardo.

Ao meu orientador na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Professor Doutor Rui Branco, que mesmo saindo da sua área de investigação, não hesitou em me apoiar na realização deste estágio e respetivo relatório.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos pela sua presença e apoio constante, em particular à Raquel Fernandes e à Marina Franco.

A todos um muito obrigado.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL: GOVERNAÇÃO INTERNACIONAL NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA EUROPEIA

CATARINA ALEXANDRA MARTINS MENDES

RESUMO

Com o final da Guerra Fria, as ameaças securitárias inter-estatais foram substituídas por novas ameaças, como o terrorismo e o crime organizado transnacional, assumindo uma natureza intraestatal e protagonizadas por atores não estatais. Esta nova configuração levou os Estados a cooperar com outros atores-Estado e não estatal, o que fragmentou o monopólio legítimo da segurança por atores tradicionais. É neste contexto que o conceito de governação internacional no domínio da segurança europeia deverá ser avaliado. Numa primeira parte deste relatório, irá proceder-se à sua interpretação conceptual, com base numa breve revisão da literatura, com a qual a estagiária pretende refletir sobre a articulação do conceito com o trabalho que o Instituto da Defesa Nacional (IDN) promove, visto a segurança ser um dos temas centrais à atividade do Instituto.

Para falar das atividades do IDN e compreender a sua área de intervenção ao nível nacional e internacional, torna-se imperativo explanar a missão, valores, objetivos e atividade que o Instituto desenvolve, assim como apresentar uma breve resenha histórica. Sendo um relatório de estágio são também identificadas e apresentadas as atividades e as funções em que a estagiária esteve envolvida no período compreendido entre 12 de setembro de 2016 a 31 de março de 2017 no Instituto da Defesa Nacional.

Este relatório de estágio constitui a fase final de avaliação para a conclusão do curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto da Defesa Nacional; Governação Securitária Europeia; Estágio; Segurança; Defesa; Relações Internacionais

INTERNSHIP REPORT AT THE NATIONAL DEFENSE INSTITUTE: INTERNACIONAL GOVERNANCE IN THE FIELD OF EUROPEAN SECURITY

CATARINA ALEXANDRA MARTINS MENDES

ABSTRACT

With the end of the Cold War, inter-state security threats were replaced by new threats such as terrorism and transnational organized crime, taking on an intra-state nature and carried out by non-state actors. This new configuration led States to cooperate with other state actors and non-state actors, which fragmented the legitimate monopoly of security by traditional actors. It is in this context that the concept of internacional governance in the field of European security should be assessed. In a first part of this report, the conceptual interpretation of this concept will be made, based on a brief review of the literature, with which the trainee intends to reflect on the articulation of the concept with the work promoted by the National Defense Institute (IDN) security is one of the central themes of the Institute's activity.

In order to talk about IDN's activities and to understand its area of intervention at national and international level, it is imperative to explain the mission, values, objectives and activity that the Institute develops, as well as to present a brief historical review. As an internship report, the activities and functions in which the trainee was involved for the period from September 12, 2016 to March 31, 2017 at the National Defense Institute are also identified and presented.

This internship report constitutes the final evaluation phase for the conclusion of the Master's degree in Political Science and International Relations of the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

KEYWORDS: National Defense Institute; European Security Governance; Internship; Security; Defense; International Relations

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas	v.
Introdução.....	1
Capítulo I: I. O Conceito de Governação Internacional e a Governação Internacional no domínio da Segurança Europeia	3
Capítulo II: O Instituto da Defesa Nacional.....	10
II. 1. Breve Resenha Histórica.....	10
II. 2. O Instituto da Defesa Nacional na atualidade	14
II.2.1. Missão, Visão, Valores e Atribuições	15
II.2.2 Atividades desenvolvidas pelo IDN	17
Capítulo III: O Instituto da Defesa Nacional e a Governação Internacional no domínio da Segurança Europeia	23
Capítulo IV: Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional.....	26
IV. 1 Conferências e Seminários	26
IV. 2. Grupos de Estudo	32
IV. 3. Cursos.....	35
IV. 4. Outras Atividades	39
IV. 5. Reflexão Crítica sobre o Estágio Curricular.....	42
Conclusão	46
Bibliografia	49
Anexo	54

LISTA DE ABREVIATURAS

AFSDP: Ação de Formação “Segurança, Defesa e Paz”

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAEGP: Curso de Análise Estratégica, Geoeconomia e Prospetiva

CDJ: Curso de Defesa para Jovens

CDN: Curso de Defesa Nacional

CEDN: Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEI: Centro de Estudos e Investigação

CEISDTAD: Centro de Estudos e Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto Douro

CGCC: Curso de Gestão Civil de Crises

CGCiber: Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço

CISEDE: Curso Intensivo de Segurança e Defesa

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSDJ: Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas

DGE: Direção Geral da Educação

DSPGR: Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos

EU/UE: União Europeia

EUA: Estados Unidos da América

FA: Forças Armadas

FCSH-NOVA: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

GEPESDE: Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia

IAEDN: Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional

IDN: Instituto da Defesa Nacional

IPRI: Instituto Português de Relações Internacionais

ISCTE: Instituto Universitário de Lisboa

MDN: Ministério da Defesa Nacional

ME: Ministério da Educação

NATO: North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU: Organização das Nações Unidas

OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PREC: Processo Revolucionário em Curso

SIRP: Sistema de Informações da República Portuguesa

SSDJP: Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTAD: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Introdução

O fim da Guerra Fria teve um impacto considerável na configuração de novas ameaças internacionais no plano das causas e consequências, por sua vez, o conceito de segurança acompanhou a nova configuração do sistema internacional. Com o final da era bipolar, as ameaças à segurança de natureza inter-estatal passaram a coexistir com ameaças no quadro intraestatal. As novas ameaças, como o terrorismo e o crime organizado transnacional, trouxeram para a cena internacional inúmeros atores não estatais, o que levou à coexistência da ideia de defesa territorial com a ideia da segurança dos cidadãos. Os Estados viram-se assim compelidos a cooperar com outros Estados e com atores não estatais, nomeadamente organizações internacionais, na providência de segurança, com as quais os Estados passavam a partilhar o monopólio da violência. Por sua vez, este monopólio foi substituído por considerações sobre a eficiência dos custos em relação à segurança, reconhecendo as vantagens na partilha de responsabilidades com outros Estados. Estas circunstâncias levaram à emergência do conceito de governação europeia.

A seleção do tema da governação securitária europeia resulta da sua relevância quer no plano académico, quer no plano aplicado no atual contexto das políticas europeias, mas também no quadro da atividade desenvolvida pelo Instituto da Defesa Nacional (IDN). Neste último enquadramento releva-se dois aspetos. Por um lado, a sua atividade de apoio à tomada de decisão, enquanto principal centro de apoio à reflexão estratégica e à produção de uma cultura de segurança e defesa. Por outro, enquanto espaço de investigação nos domínios da segurança e defesa. Consequentemente, a estagiária seleciona o tema da governação securitária europeia articulando-o com a atividade do IDN acompanhada durante o período de estágio.

O Instituto da Defesa Nacional é um instituto português de referência no que toca às matérias de segurança e defesa, nomeadamente no desenvolvimento de investigação nestas áreas. É neste Instituto que a aluna teve a oportunidade de colocar em prática as matérias aprendidas durante os seus estudos, nomeadamente durante o curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e realiza entre setembro de 2016 e março

de 2017 um estágio curricular, do qual resulta este Relatório. Com este pretende-se responder à seguinte questão de investigação: Como é que matérias no âmbito da segurança europeia são integradas no quadro da atividade de investigação, educação e formação, sensibilização e divulgação e parcerias e cooperação internacional do IDN com o propósito de proporcionar o apoio técnico à tomada de decisão?¹

Sendo o espaço europeu um dos espaços de pertença e interesse estratégico de Portugal, é de extrema importância perceber o enquadramento do conceito de segurança perante as novas ameaças, que transcendem as competências e capacidades dos Estados-nação. Neste sentido, o Relatório apresenta no primeiro capítulo uma interpretação conceptual sobre o conceito de governação securitária no plano europeu. A estagiária opta por uma breve revisão da literatura considerando que o objetivo do seu trabalho não se limita a uma análise do conceito de governação securitária, mas também por uma reflexão sobre a articulação entre aquele nível de análise e o trabalho de apoio à tomada de decisão, investigação, formação, sensibilização, divulgação e cooperação internacional que o Instituto promove. Com este capítulo procura-se identificar os fundamentos conceptuais da noção de governação internacional no âmbito da segurança europeia.

O segundo capítulo parte de uma resenha histórica do Instituto com o apoio de testemunhos, memórias e antologias de textos que constituem o legado dos seus antigos diretores e subdiretores, militares e académicos, assim como a apresentação da missão, valores, objetivos e atividades que o IDN desenvolve ao nível da investigação, formação, sensibilização e cooperação internacional. Com este capítulo pretende-se apresentar o Instituto da Defesa Nacional e compreender a sua área de intervenção nacional e internacional na atualidade.

Depois de analisado o conceito e explanado o quadro de competências do Instituto da Defesa Nacional, o terceiro capítulo analisa em que medida o conceito da governação securitária europeia se enquadra na atividade do IDN.

¹ A escolha destes níveis de análise prende-se com o facto de estas serem as quatro principais áreas de atividade e de interesse do IDN.

O quarto capítulo deste Relatório reporta-se ao período de estágio da aluna no qual se examina a atividade em que esteve envolvida e as funções que desempenhou, terminando com uma reflexão crítica sobre o Estágio curricular. Este capítulo materializa também o objetivo da estagiária em completar o curso de Mestrado com uma experiência de estágio aplicada.

As fontes utilizadas na elaboração deste relatório compreendem a revisão da literatura académica, documentos estruturantes da União Europeia (EU), legislação, documentos estruturantes da atividade do Instituto, nomeadamente as diretivas internas, as publicações da instituição e obras específicas sobre o Instituto.

I. O Conceito de Governação Internacional e a Governação Internacional no domínio da Segurança Europeia

A análise do conceito de governação securitária implica uma reflexão sobre duas noções que compõem aquele que é o conceito central deste relatório de estágio. Essas noções são as da segurança e da governação.

Os acontecimentos que levaram ao final da Guerra Fria, essencialmente o enfraquecimento do Pacto de Varsóvia que permitiu o desmoronamento dos regimes comunistas e a disseminação de regimes democráticos, mas também a queda do Muro de Berlim, levaram a uma reconfiguração daquelas noções. Enquanto que no período que precedeu o fim da Guerra Fria a segurança internacional passava fundamentalmente por uma noção de defesa territorial assente na ideia de proteção de fronteiras nacionais e das Alianças, nomeadamente a NATO, com o final da Guerra Fria, embora mantendo a referência do Estado, o conceito de segurança estendeu-se à proteção das sociedades e dos indivíduos dentro do Estado-nação (Krahmann, 2001: 6). O ambiente internacional passou a ser entendido como um espaço em que as novas ameaças e desafios afetavam Estados, sociedades e os indivíduos pela sua natureza diversa, dispersa e menos perceptível e previsível. O conceito de segurança passou assim a integrar elementos económicos, políticos, ecológicos, sociais e culturais, para além dos tradicionais elementos militares (Kirchner, 2006: 949). Esta expansão do conceito teve mesmo implicações na formulação de políticas públicas através das quais a segurança é

implementada. Essa nova interpretação evidencia os limites que se deparam os Estados na resposta aos problemas de segurança a vários níveis e dimensões, em particular, em virtude de atores, como as organizações de direitos humanos ou instituições de solidariedade, concorrerem com o Estado no plano da segurança dos indivíduos e sociedades e no exercício da governação securitária (Krahmann, 2001: 7). Àquele limite acresce a complexidade das ameaças securitárias, dos atores, dos instrumentos e das práticas que passa a integrar a base da governação no domínio da segurança (Christou *et al*, 2010: 343).

Quanto ao conceito de governação, Rosenau tal como é citado por Webber *et al* (2004: 8) define-o como um conjunto de “sistemas de governo, atividades intencionais de uma coletividade que sustenta mecanismos destinados a garantir a sua segurança, prosperidade, coerência, estabilidade e continuidade”, Rosenau vai mais além ao afirmar que a governação diz respeito à “manutenção da ordem coletiva, à realização de objetivos coletivos e a processos coletivos de governo através dos quais a ordem e os objetivos são alcançados” (2004: 8). No entanto o que é transversal na literatura é a importância da diferença entre *government* (no sentido de governo) e *governance* (no sentido de governação). Governo é conotado com a noção de uma autoridade centralizada em torno de formas verticais e hierarquizadas de regulação do poder e capacidade de fazer prevalecer o interesse e as preferências nacionais por meio de coerção e consentimento. O conceito de governação regional ou internacional centra-se no entendimento de como é que a regulação do sistema internacional envolve atores políticos para além dos Estados. Aquela utiliza formas horizontais de relacionamento e de regulação de políticas articuladas em torno de múltiplos centros de poder. Os desafios da governação no mundo globalizado e a coexistência de vários núcleos de autoridade política exigem a coexistência de múltiplas ações formuladas, planeadas e implementadas para fazer face a desafios e crises complexas nas quais os mecanismos de coerção poderão ser importantes. Governação é também caracterizada por um conjunto de relações ou ligações horizontais que promovem a ordem regional e internacional por meio do consentimento e de um agregado de preferências (Webber, 2004: 5-8; Sperling & Webber, 2014: 126-128; Krahmann, 2001: 6,7; Kirchner, 2006: 949,950).

Christou *et al* (2010: 343) realça que existem três dimensões na literatura sobre o conceito de governação securitária. A primeira trata dos problemas de definição, com especial realce para Webber *et al* (2004). A segunda concentra-se no debate relativo aos atores que tomaram parte no plano da governação securitária, sendo esta literatura representada por Krahmann (2001), Webber (2004) e Kirchner (2006). A terceira centra-se na sua aplicação nas políticas securitárias europeias. Sperling e Webber (2014: 126) sugerem uma quarta dimensão que diz respeito às tentativas de exportar o conceito para regiões extra-Europa e ao nível global.

Webber *et al* (2004: 4) definem a governação no âmbito da segurança europeia como a “gestão coordenada e regulação de assuntos por múltiplas e separadas autoridades; intervenções de atores públicos e privados; acordos formais e informais, por sua vez estruturados pelo discurso e pela norma e propositadamente direcionada para determinados resultados políticos” e centra o conceito de governação securitária em torno de cinco características principais. Em primeiro lugar destaca o termo de “heterarquia”, isto é, um sistema de organização que reconhece a existência de múltiplos centros de poder cujas ações são combinadas e coordenadas. Em segundo lugar evidencia a existência e interação de um número diversificado de atores, sejam eles públicos ou privados. Em terceiro lugar, a presença de formas de institucionalização tanto formal, como informal, de formas de governação securitária. Em quarto lugar, no que diz respeito à relação entre os atores essa centra-se em torno das ideias, estruturadas nas normas e nos entendimentos, assim como em regulações formais. E a quinta característica refere-se à existência de uma intenção coletiva (Webber *et al*, 2004: 8).

Kirchner (2006: 948) define governação securitária como sendo “um sistema intencional de regras que envolvem a coordenação, gestão e regulação de certos assuntos por autoridades múltiplas e separadas, com intervenções de atores públicos e privados, acordos formais e informais, com o objetivo claro de alcançar resultados políticos específicos”. Assim por governação securitária poderá entender-se a forma como esta é implementada por um vasto conjunto de atores que de maneira cooperativa identificam os possíveis interesses e resultados das suas políticas. Tal como Sperling e Webber (2016: 127) afirmam, a primeira dimensão identificada na literatura sobre a governação

securitária, aquela que Christou (2010:343) refere como tratando dos problemas de definição do conceito, não é consensual na sua interpretação, ou seja, o conceito ainda não alcançou uma definição precisa e generalizada, mas apenas formas de interpretação válidas no contexto da perspectiva analítica em que foram produzidos. As contribuições analisadas ajudam, no entanto, à compreensão do que é governação securitária.

Da literatura revista, Krahmann oferece uma das melhores abordagens sobre governação entendendo-a como “as estruturas e processos que permitem atores públicos e privados, dentro de uma área específica, coordenar as suas necessidades e interesses interdependentes através da criação e implementação de decisões políticas vinculativas na ausência de uma autoridade política central” (Krahmann, 2001: 7). O mesmo autor sugere diferentes dimensões explicativas do quadro atual das relações entre atores internacionais e que contrapõem governo e governação: o domínio geográfico, o domínio funcional, a distribuição de recursos, os interesses, as normas, a tomada de decisão e a implementação.

No domínio geográfico, as transformações geopolíticas resultantes do fim da Guerra-fria, com o fim do Pacto de Varsóvia e com a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) caracteriza-se por um desejo de integração em novos espaços de governação, nomeadamente através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da EU. Krahmann (2001: 12) defende que os processos de alargamento contribuíram para a criação de uma variedade de novos acordos bilaterais ou multilaterais, nomeadamente o Grupo de Visegrado², uma aliança entre quatro países da Europa Central (Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia) com a finalidade de promover formas de cooperação, ou o Conselho dos Estados do Mar Báltico³, um grupo

² O Grupo de Visegrado constituiu-se a 15 de Fevereiro de 1991 num encontro com a presença do Presidente da então Checoslováquia, Václav Havel, o Presidente da Polónia, Lech Wałęsa e o Primeiro Ministro da Hungria, József Antall. O motivo central deste encontro era o desejo de intensificar a cooperação e amizade mútua. Foram quatro os motivos da sua formação. Em primeiro lugar, o desejo de eliminar o que restaria do bloco comunista na Europa Central. Em segundo lugar, o desejo de ultrapassar qualquer animosidade histórica entre os países da Europa Central. O terceiro fator foi a crença de que através de esforços conjuntos seria mais fácil promover formas de transformação social e de integração na União Europeia. O último fator residia na ideia do desenvolvimento de uma maior proximidade de ideias entre elites políticas governantes. Qualquer informação adicional sobre o Grupo de Visegrado pode ser encontrada na sua página: <http://www.visegradgroup.eu/> (Consultada a: 14 de setembro de 2017)

³ O Conselho dos Estados do Mar Báltico foi fundado em 1992, em Copenhaga, como uma resposta às mudanças geopolíticas que ocorreram na região com o final da Guerra Fria. Este conselho conta com a presença de onze ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da região (a Dinamarca, a Estónia, a

de onze estados que também pretendem melhorar a sua cooperação. Estes acordos coexistem com os poderes tradicionais e soberanos que emanam do Estado-nação, tendo contribuído para a estabilidade e segurança regional na Europa Oriental.

No domínio funcional, o âmbito do conceito de segurança dos assuntos militares para os assuntos económicos, políticos, ecológicos, sociais e culturais e o quadro de competências das instituições, nomeadamente as europeias, foi alargado a novos domínios. O aumento do reconhecimento de áreas de segurança não tradicionais combinado com os instrumentos e recursos governamentais limitados levou ao fortalecimento do papel dos atores privados na governação securitária e a uma tendência para uma maior especialização funcional nas várias áreas de interesse dos atores estatais e não estatais (Krahmann, 2001: 14,15). No entendimento de Krahmann, a grande mudança envolve a transformação da divisão de competências entre os atores públicos e privados e que veio mudar significativamente a intervenção de atores privados que passaram a ter um maior protagonismo. O autor usa como exemplo a área da segurança militar, argumentando que esta era uma área tradicionalmente associada à gestão por parte dos governos, que com a afirmação de formas de governação securitária também passaram a ser executadas com o auxílio de atores privados por exemplo, empresas de produção de armamentos ou empresas militares privadas (Krahmann, 2001: 20).

Decorrente do domínio funcional, a distribuição dos recursos e capacidades securitárias é o aspeto onde é possível visualizar a forte tendência para o sistema de governação securitária em detrimento do sistema de governo. A configuração de novas ameaças no pós-Guerra-fria veio aumentar os custos de emprego de exércitos permanentes na contenção das mesmas. Esta situação levou não só a uma modificação das estruturas e sistemas de defesa como a uma procura de novas maneiras de providenciar segurança nacional, nomeadamente com o auxílio de atores privados, tanto em áreas tradicionais

Finlândia, a Alemanha, a Islândia, a Letónia, a Lituânia, a Noruega, a Polónia, a Rússia, a Suécia) e um representante da Comissão Europeia. O papel deste Conselho é o de servir como um fórum para orientação e coordenação de políticas entre os Estados participantes. Desde a sua fundação que o Conselho contribuiu para assegurar positivos desenvolvimentos dentro da região do Mar Báltico e serviu como um pilar para a cooperação multilateral. Qualquer informação adicional sobre o Conselho dos Estados do Mar Báltico pode ser encontrada na sua página: <http://www.cbss.org/> (Consultada a: 14 de setembro de 2017)

como não-tradicionais de segurança. Particularmente na Europa, as organizações têm mostrado uma necessidade de complementar as suas capacidades aumentando a cooperação funcional e a partilha de recursos⁴. A NATO e a União Europeia têm mesmo vindo a promover formas de cooperação militar e a colocar alguns dos seus recursos ao serviço da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e da ONU (Organização das Nações Unidas) (Krahmann, 2001: 15,16). No entanto, embora a cooperação no domínio funcional previna a duplicação e tenha um efeito cumulativo em termos de especialistas e capacidades, estas formas de colaboração securitária também contribuem para uma certa fragmentação da governação securitária europeia, ao envolver múltiplos atores.

No domínio dos interesses, questões ao nível nacional continuam a colocar desafios importantes à governação securitária europeia. Ainda existem muitas diferenças de interesse nacional em áreas de segurança entre países da Europa Ocidental e Oriental, nomeadamente na relação com a União Europeia, a NATO e a Rússia, em particular no que respeita ao alargamento destas duas organizações e à construção de uma arquitetura da segurança europeia (Krahmann, 2001: 16.17).

Em relação às normas, as duas que são colocadas em questão com a afirmação da governação securitária são sobretudo, a “norma da soberania do Estado” e a “norma da responsabilidade coletiva” (Krahmann 2001: 18). A primeira foi colocada em questão com a intervenção por parte da NATO no Kosovo, sem um mandato formal por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta circunstância gerou fortes críticas no

⁴ A NATO e a União Europeia têm vindo a cooperar na gestão de crises, nomeadamente nos casos da Bósnia e Herzegovina, Afeganistão, Kosovo e até na costa da Somália. No entanto, a Julho de 2016 formalizou-se uma nova era de cooperação entre estas duas organizações com a assinatura da Declaração Conjunta com vista a impulsionar a cooperação em sete áreas essenciais: a luta contra as ameaças híbridas, através de procedimentos coordenados, a cooperação operacional, a coordenação em matéria de cibersegurança e ciberdefesa, o desenvolvimento de capacidades de defesa coerentes, complementares e interoperáveis, a facilitação do reforço da indústria de defesa e do aumento da investigação no domínio da defesa, o reforço da coordenação dos exercícios e o reforço da capacidade de defesa e segurança dos parceiros do Leste e Sul (Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2016/07/08-09/>). Atualmente, os assuntos securitários na Europa e na sua vizinhança tem sido um tópico importante nas relações entre estas duas organizações, e a crise na Ucrânia mostra mais uma vez como estas têm trabalhado conjuntamente para coordenar as suas atividades. Desta maneira, a EU e a NATO continuarão a assegurar complementaridade em detrimento de duplicações desnecessárias (Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu_nato_factsheet-final.pdf).

que respeita a atuação da NATO por, alegadamente ter violado a integridade territorial do Kosovo. A “norma da responsabilidade coletiva”, segundo Krahmann (2001: 18), tem-se enfraquecido com a afirmação da governação securitária. A NATO tem sido a única organização regional cujos membros subscreveram este princípio sustentado na invocação do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte. Contudo, a aprovação do programa “American National Missile Defence” e o lançamento do conceito de forças combinadas e conjuntas⁵ manifestam uma preferência dos Estados Unidos da América (EUA) pela utilização de recursos nacionais ou por coligações de forças na gestão das ameaças e dos conflitos fora de área.

No plano multilateral, a formulação das políticas de segurança configura-se em áreas funcionais especializadas, através de modalidades de negociação e coordenação interdepartamental. No contexto europeu, a afirmação de uma tendência no sentido da governação securitária traduz-se, por exemplo, no sistema de votação em que a cada Estado-membro corresponde um voto sendo na sua maioria as decisões tomadas por unanimidade.⁶ (Krahmann, 2001: 19).

A última dimensão que Krahmann propõe é a dimensão da implementação. A implementação de políticas de segurança e defesa é cada vez mais partilhada entre atores estatais internacionais e privados, nomeadamente mediante a partilha de competências com a UE centrada na região europeia e a NATO com um quadro de responsabilidade focado no domínio transatlântico.

Após a revisão da literatura considerada relevante no quadro do presente relatório sobre o conceito de governação securitária destacam-se os seguintes elementos: ao contrário do sistema de governo, a governação securitária, nomeadamente a europeia carece de uma autoridade central sendo a formulação e implementação de políticas de

⁵ A NATO caracteriza o conceito de Forças Combinadas e Conjuntas (*Combined Joint Task Forces*) como uma força multinacional e multisserviço implementável que é gerada e adaptada principalmente, mas não exclusivamente, para operações militares que não envolvam a defesa do território da Aliança, como é o caso da ajuda humanitária e a manutenção da paz (ver documento NATO: <http://www.nato.int/docu/comm/1999/9904-wsh/pres-eng/16cjtf.pdf>).

⁶ Existem naturalmente exceções no domínio da segurança e defesa como é o caso da Cooperação Estruturada Permanente em que um grupo de Estados poderá por maioria qualificada levar a cabo uma ação no domínio da segurança e defesa sem que os Estados que nela não tomam parte possam impedir a sua concretização.

segurança e defesa asseguradas por atores governamentais e não-governamentais. Na tomada de decisão predomina a consensualização em detrimento da coerção. Os diferentes atores, quer sejam eles públicos ou privados negociam com uma intenção comum indo ao encontro de um objetivo de segurança coletivo. Dado o grau de complexidade da gestão das crises e dos conflitos, a governação securitária proporciona formas de coordenação entre atores especializados sobre assuntos securitários. Esta coordenação pode assumir a forma de acordos formais e informais com o objetivo de alcançar um determinado resultado político e de segurança.

II. O Instituto da Defesa Nacional

Este segundo capítulo centra-se na história do Instituto da Defesa Nacional, com base no testemunho dos seus ex-diretores e subdiretores, mas também por conhecidos militares e intelectuais com responsabilidade na área de investigação em matérias de segurança e defesa e para os quais o Instituto constitui uma referência a nível nacional. Este capítulo reflete também no que o Instituto representa nos dias de hoje para a sociedade portuguesa, com base na sua missão, valores, objetivos e atividades.

II.1. Breve Resenha Histórica

A origem do Instituto da Defesa Nacional é relativamente recente, remontando aos anos que antecederam o 25 de Abril, em particular o ano de 1967, ano em que é criado o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN).

O primeiro Instituto deste género a surgir foi o *Imperial Defence College* de Londres, em 1927. Este Instituto tinha como visão o entendimento de que apenas o trabalho de equipa poderia refletir a análise de todos os fatores militares, económicos e políticos que afetavam a posição estratégica dos Estados (Pina, 1987: 36).

O surgimento em Portugal de um Instituto deste estilo tinha o seu propósito no facto de não existir um organismo com a responsabilidade da programação sistemática de trabalhos no domínio da estratégia geral e da política militar, quer no campo nacional, quer no campo internacional, entendendo que o Instituto de Altos Estudos Militares, já

existente, não tinha por propósito desenvolver especificamente uma área de investigação (Pina, 1987: 39).

A 23 de Dezembro de 1967 é criado o IAEDN, pelo Decreto de Lei nº 48 146⁷. Como Rodrigues (1987: 31) refere, o IAEDN tinha como missão o *“estudo dos problemas da defesa nacional, o estabelecimento de uma doutrina e a formação de uma mentalidade aberta à complexidade da estratégia geral”*.

No Decreto de Lei é, também, mencionado o objetivo do Instituto: *“analisar, na base de uma visão global, questões que se revestem da maior importância para o País e a preparar irmanados no mesmo espírito de franca cooperação, dirigentes de vários setores, militares e civis, públicos e privados para o estudo de problemas atuais com interesse direto para a defesa”* (Decreto-Lei 48146) (Pina, 1987: 39).

Tinha como competências a organização anual do Curso de Altos Estudos da Defesa Nacional; a organização de ciclos de estudos de curta duração, com o objetivo de analisar problemas concretos relacionados com a defesa nacional, a estratégia geral ou a história militar; a colaboração com outros institutos e estabelecimentos de ensino e investigação no estudo coordenado de problemas de interesse para a segurança e defesa da Nação; a promoção da realização de encontros nacionais e internacionais; e, por último, o estabelecimento de intercâmbio com organizações similares estrangeiras (Pina, 1987: 39,40).

O General Luís Maria da Câmara Pina, foi o grande impulsionador e fundador do IAEDN, assumindo a função de Diretor de 1969 até 1974, e não é possível analisar o que é o IDN de hoje, sem lembrar o seu primeiro diretor. Foi graças ao seu impulso e influência que o Instituto conseguia reunir os seus primeiros grupos de colaboradores.

Em 1972 e 1973, o IAEDN organiza os primeiros Cursos de Defesa Nacional, curso esse, que será a sua base e que perdura até os dias de hoje, juntamente com as primeiras conferências, seminários e ciclos de estudo. Depois de ganhar uma experiência considerável no domínio da formação e divulgação, ampliado o seu quadro de pessoal

⁷ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/401598>

e adquiridas instalações próprias e adequadas, as atividades do IAEDN são suspensas (Rodrigues, 1987: 32).

O Decreto de Lei nº 635/74⁸ de 20 de novembro suspende “*sine die*” as atividades do IAEDN, alegando que “*a atual conjuntura que o País atravessa é incompatível com o exercício regular das funções atribuídas ao Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional*”. Como refere Vieira (2014: 25), temeu-se que a visão do General Câmara Pina se desvanecesse, mas não foi esse o caso. Após o 25 de novembro de 1975, o General Lopes dos Santos, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, recebeu do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Ramalho Eanes, a missão de “*procurar reestruturar, atentas as condições sociais, políticas e militares de então, o antigo IAEDN*” (Santos, 1987: 67 in Vieira, 2014: 25). Assim, a 12 de julho de 1976 estavam reunidas as condições para a criação do, então agora, Instituto da Defesa Nacional, pelo Decreto-Lei nº550-D/76⁹ estabelecia-se que o Instituto ficaria na dependência direta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo assumido a 14 de julho pelo General Ramalho Eanes. O Conselho da Revolução, na altura, considerava “*oportuno e indispensável recomençar as atividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional e que, paralelamente, garanta a preparação dos oficiais dos escalões superiores das Forças Armadas (FA) nos assuntos comuns aos três Ramos*” e ser “*vantajoso aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sociopolítico e da posição das FA no contexto da Nação*” (Decreto-Lei nº550-D/76).

Como cita Vieira (2014: 25), sendo que a democracia instalada ainda era “amparada, vigiada e tutelada pelas Forças Armadas” (Antunes, 1979 in Vieira, 2014: 25), a criação do IDN não foi algo pacífico. Várias forças opunham-se à modernização estrutural e conceptual que o IDN representava (Santos, 2006: 5).

Sendo o Vice-Almirante Leonel Cardoso o primeiro diretor após a reabertura do Instituto, a primeira questão que lhe sugeriu foi: que tipo de Instituto ele iria criar? O diretor decidiu que o seu subdiretor, o Brigadeiro Belchior Vieira, visitasse as três escolas congéneres, a francesa, a inglesa e a brasileira e, posteriormente, elaborasse um

⁸ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/466103>

⁹ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/181688>

relatório. A solução encontrada aproximou-se do modelo francês. Este modelo pretendia desenvolver uma abordagem formadora e de sensibilização que conjugasse coerente e eficazmente todos os vetores do poder do Estado. Esta ideia inspirada na visão do General De Gaulle sobre a defesa nacional como uma atividade interdepartamental (Couto, 2014^a: 47-49).

Posteriormente, consolidada a ordem democrática, o Decreto-Lei nº46/88 de 11 de fevereiro de 1988¹⁰ estabelece que o IDN passa para a tutela do Ministério da Defesa Nacional, juntamente com outras responsabilidades e funções.

No geral, as funções do renovado IDN não se distanciaram do seu antecessor, pois um dos seus objetivos principais, estabelecido na diretiva de planeamento do seu diretor, o Vice-Almirante Leonel Cardoso, continuava a ser a reunião de *“militares e civis responsáveis pelos problemas de defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, promovendo assim a necessária aproximação entre os dois setores da vida nacional e um melhor reconhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos”* (Vieira 2014: 26). Como Couto (2014b: 64) explica, a **missão** do IDN passava pelo derrubamento de três barreiras: a barreira civil-militar, ou seja, a convivência e discussão entre quadros qualificados do meio civil e militar sobre grandes questões mundiais e nacionais, como inter pares; a barreira interforças, isto é, dentro das Forças Armadas pretendia-se derrubar o excessivo corporativismo entre os Ramos que tinha aumentado durante e após o Processo Revolucionário em Curso (PREC); e, por último, a barreira entre os setores mais qualificados da sociedade civil, que ainda viviam numa intensa luta ideológica e partidária.

Ano após ano, foram-se desenhando aquelas que seriam as atividades fundamentais do IDN, nomeadamente o Curso de Defesa Nacional (CDN), o Curso ou Estágio Interforças, a publicação da Revista *Nação e Defesa* e os seminários e conferências sobre temas importantes, quer nacionais, quer internacionais. Mas também a realização de conferências internacionais, com convidados internacionais especialistas nos temas tratados e uma viagem de estudo, de uma semana, a uma região do país, onde eram difundidos temas de interesse nacional, nomeadamente sobre a defesa nacional. Esta

¹⁰ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/283067>

última atividade, a estagiária teve oportunidade de participar, algo que irá ser desenvolvido no capítulo IV.4.4.

II.2. O Instituto da Defesa Nacional na atualidade

O Instituto da Defesa Nacional como o conhecemos, é um órgão integrante do Ministério da Defesa Nacional e um serviço central da administração direta do Estado, dispondo de autonomia administrativa, científica e pedagógica, o que está referido no artigo 1º do Decreto Regulamentar nº7/2015¹¹. A sua sede situa-se na Calçada das Necessidades, nº5, em Lisboa, e tem um serviço desconcentrado, designado por Delegação do Porto (Decreto-Regulamentar nº7/2015).

Figura 1: Organograma do IDN



* Equipa multidisciplinar

A sua estrutura orgânica nem sempre foi a que é conhecida nos dias de hoje, mas em 2012, com o objetivo de *“repensar e reorganizar a estrutura do Estado, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deverá assegurar, eliminando redundâncias e reduzindo substancialmente os seus custos de funcionamento”* (Decreto-Regulamentar nº41/2012¹²), o IDN sofreu uma reestruturação orgânica que não previa o cargo de subdiretor e os cargos de direção intermédia de 2º grau, permanecendo apenas o cargo de direção superior de 1º grau e um cargo de direção intermédia de 2º grau (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 17).

¹¹ Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/69920319>

¹² Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/596215/idn_decretoregulametar.pdf

Como demonstra a Figura 1 e como é citado no artigo 3º do Decreto-Regulamentar nº7/2015, o Instituto manteve o *Conselho Científico*, este que é um órgão colegial, de natureza consultiva, de apoio ao diretor do IDN. Compete-lhe dar a sua opinião sobre projetos de investigação científica, estudos e linhas gerais de orientação estratégica do IDN, mediante pedido do diretor. Na área relativa à investigação, o IDN adota o modelo matricial, com a criação de uma equipa multidisciplinar, designada de *Centro de Estudos e Investigação* (CEI) que tem a seu cargo o desenvolvimento de estudos e projetos de investigação aprovados pelo diretor. Na área relativa aos serviços, o IDN adota o modelo hierarquizado, pois antes existiam duas divisões e agora apenas a *Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos* (DSPGR) (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 18).

II.2.1 Missão, Visão, Valores e Atribuições

A missão principal do IDN é “*o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação nos domínios da segurança e defesa*” (Decreto-Regulamentar nº7/2015, artº2).

Já como visão, o Instituto pretende “*constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate, divulgação e produção doutrinária; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa, constituindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade*” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 4) (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 15).

Como valores orientadores da sua ação, o IDN apresenta os seguintes: **a) a salvaguarda da diversidade de pensamento e a liberdade de investigação científica**, para isso, o IDN privilegia as suas relações com o mundo académico e com centros de investigação e ao desenvolver projetos de investigação, dentro da área de interesse e responsabilidade dada pela tutela, constitui-se como um órgão de apoio à tomada de decisão da tutela, o Ministério da Defesa Nacional; **b) estimular o diálogo no seio da sociedade**, isto é, com as suas atividades de divulgação, reflexão e debate constitui-se como um centro de debates públicos e uma plataforma de encontro com a sociedade civil; **c) cultivar a ética**

da cidadania, nomeadamente a partir de cursos de educação e formação para a cidadania, em articulação com o Ministério da Educação e outros organismos; **d)** fomentar a excelência, a partir da sua atuação que prima por critérios de qualidade e rigor e pela melhoria constante dos serviços prestados (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 15,16).

O IDN prossegue atribuições específicas, como referido no Artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº7/2015 e na página 16 e 17 do seu Plano de Atividades de 2016, nomeadamente:

- ❖ Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa;
- ❖ Fomentar a elaboração e discussão de outras vertentes ligadas ao pensamento estratégico nacional, em articulação com os organismos públicos e privados para o efeito vocacionados;
- ❖ Fomentar o estudo e a divulgação das questões de segurança e defesa;
- ❖ Fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e defesa;
- ❖ Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate sobre os grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa;
- ❖ Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes;
- ❖ Cooperar com organismos congéneres internacionais.

Neste sentido, o IDN desenvolve **estudos e trabalhos de investigação** nos domínios da segurança, defesa, relações internacionais e ciência política; promove o **debate** sobre essas temáticas através de ações de sensibilização, designadamente, seminários,

conferências e ciclo de estudos; estabelece formas de **intercâmbio** com outras instituições congêneres, universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais e estrangeiros; organiza, a nível nacional, **cursos** de defesa nacional, cursos de defesa para jovens, cursos temáticos de curta duração e outros diretamente relacionados com áreas específicas; e promove a divulgação de **monografias e periódicos** naqueles domínios (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 17).

II.2.2 Atividades desenvolvidas pelo IDN



Figura 2: Principais atividades desenvolvidas pelo IDN

Para cumprir as atribuições propostas, o IDN identifica quatro áreas principais de atuação estratégica, identificadas na Figura 2: a investigação, a educação e formação, a sensibilização e divulgação, e, por fim, as parcerias e cooperação internacional (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 5).

❖ Investigação

Com o domínio da investigação, o IDN pretende “*contribuir para a produção de conhecimento nos domínios da segurança global, da análise das ameaças e riscos, da conflitualidade e das políticas de segurança e defesa, quer na dimensão nacional, quer no seu enquadramento internacional*”, mas também pretende, “*dar resposta às necessidades concretas da decisão nacional nos domínios da sua especialização enquanto centro de estudos e de investigação*” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 6). O Centro de Estudos e Investigação (CEI) é coordenado pela Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes.

Em 2016, eram oito as linhas de investigação a que o IDN dava relevo, em consonância com as prioridades estratégicas da política de defesa nacional, estabelecidas pelo Ministério da Defesa Nacional: Política e Segurança Internacional, Política de Segurança e Defesa Europeia, Segurança e Desenvolvimento em África, Estratégia Nacional de Segurança e Defesa, Relações Transatlânticas, Cultura de Segurança e Cidadania, Brasil e Atlântico Sul e o Mar e o Interesse Nacional (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 5).

Os **Grupos de Estudo** são uma grande aposta e mais-valia do Instituto para aprofundar a área da investigação, nomeadamente para o desenvolvimento dos projetos de investigação e para a produção de vários *policy papers*, *working papers* e *strategic papers* de valor académico e utilidade aplicada. Estes são compostos por especialistas de renome, investigadores e responsáveis institucionais, orientados para o apoio do processo de decisão e devidamente articulados com as linhas de investigação definidas (Instituto da Defesa Nacional 2016: 6). À data em que o estágio foi concluído, os grupos de estudo existentes são os de Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia, Norte de África e Médio-Oriente, Estratégia Nacional de Segurança e Defesa, Contributos para uma Estratégia Nacional de Informação, A Participação Portuguesa nas Missões de Paz, Segurança Energética, Estratégia Global da União Europeia, Atlântico, e Terrorismo e Violência Política (a iniciar em 2017) (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 8).

❖ Educação e Formação

Os cursos, as ações de formação e as pós-graduações são as atividades que o IDN desenvolve no âmbito da Educação e Formação, sempre de maneira a chamar ao Instituto um público muito diversificado, de maneira a contribuir para o aprofundamento de certas matérias por parte do IDN.

O curso principal do Instituto e aquele que remonta à sua fundação, é o Curso de Defesa Nacional (CDN). O CDN tem como objetivo a promoção da “*reflexão e o debate junto de quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, através da investigação, estudo, sensibilização e divulgação dos grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e da defesa*” (Instituto da Defesa Nacional, 2010: 2). No ano letivo de 2016/2017 deu-se início ao 41º Curso de Defesa

Nacional. Face à constante mutação das relações internacionais e face aos desenvolvimentos da política de segurança e defesa nacional, o IDN promove cada quatro anos um Curso de Atualização de Auditores¹³ dos Cursos de Defesa Nacional, ao qual todos os cidadãos habilitados com o Curso de Defesa Nacional ministrado pelo IDN se podem candidatar.

O IDN também proporciona Cursos direcionados para uma população mais jovem, e disto é caso o Curso de Defesa para Jovens (CDJ) que tem como finalidade *“promover a sensibilização, a valorização e o esclarecimento dos jovens que constituem o universo dos potenciais dirigentes ou quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, através do estudo, reflexão e debate sobre os grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e da defesa”*, tem a duração de três semanas e é ministrado tanto nas instalações do IDN em Lisboa, como no Porto (Instituto da Defesa Nacional, 2014). Mas o CDJ é apenas um dos Cursos deste tipo, aqui também se inserem, no domínio da formação especializada, o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (CSDJ), o Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias (SSDJP), o Curso De Análise De Dinâmicas Regionais De Segurança E Defesa, o Curso De Formação De Formadores Dos "Cursos De Voluntários Da Defesa" e o Curso de “Informações em Democracia” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b).

Com o propósito de descentralizar a ação do IDN e o conhecimento de temas como a segurança e a defesa, o IDN organiza também o Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) que se realiza na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores, de maneira intercalada, caso disto é o IV CISEDE que se realizou no ano letivo de 2016/2017 com três módulos na Região Autónoma da Madeira.

Outros três cursos que o IDN tem ministrado e que tem tido muita adesão e sucesso são o Curso de Gestão Civil de Crises (CGCC), o Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço (CGCiber) e o Curso de Análise Estratégica, Geoeconomia e Prospetiva (CAEGP). Estes três cursos apostam em três áreas específicas para um público-alvo específico, para a gestão de crises, para gestão de crises no ciberespaço e para a gestão

¹³ A palavra “auditores” é usada no IDN para se referir aos participantes dos seus cursos, relacionada assim com a palavra “alunos”.

da mudança, respetivamente. O primeiro, o CGCC envolve *“uma abordagem integrada e global que enquadra a problemática complexa da gestão de crises, incluindo a caracterização de conflitos, os instrumentos e as capacidades necessários na gestão de crises, passando pelos processos de decisão e planeamento, nomeadamente ao nível das grandes organizações internacionais e de outros atores com um papel de relevo em situações de crise”* (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b), o segundo, o CGCiber pretende *“contribuir para a sensibilização e formação de quadros intermédios e superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, bem como de elementos com potencial para o desempenho de funções relevantes no futuro, habilitando-os a intervir em questões relacionadas com situações de crise no ciberespaço”* (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b). O CGCiber tem conseguido chamar muitos auditores devido ao facto de tratar de um tema muito atual e relativamente pouco estudado. E o terceiro, o CAEGP visa *“o desenvolvimento de competências associadas à criação, antecipação e gestão da mudança num mundo globalizado e tecnológico, não menos isento de riscos e ameaças”* (Instituto da Defesa Nacional, s.d.b).

Para além dos cursos, o IDN também promove desde o início de 2016, as Ações de Formação para a Segurança, Defesa e Paz (AFSDP). Estas ações são destinadas a professores do ensino básico e secundário com o objetivo de sensibilizá-los para os temas de Segurança e Defesa e a prepará-los para a lecionação do “Referencial em Educação para a Educação Pré-Escolar e para os Ensinos Básico e Secundário”. Embora apenas tenha iniciado o seu percurso no início de 2016, a AFSDP teve um antecessor, o Curso de Cidadania e Segurança, que tinha um objetivo semelhante. De realçar que desde a sua primeira edição, a AFSDP já teve sete edições, tendo a última sido realizada em março de 2017 em Viseu.

Completando o leque de ofertas por parte do IDN no que toca à Educação e Formação, o IDN em parceria com outras instituições académicas, fornece pós-graduações especializadas nos domínios das decisões estratégicas e dos estudos de segurança. Com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), o IDN mantém a Pós-Graduação em “Estudos Estratégicos e de Segurança”, com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), mantém a Pós-Graduação em “Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional”, com o Sistema de Informações da República

Portuguesa (SIRP) e o Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, a Pós-Graduação em “Gestão de Informações e Segurança” e, por último, com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o IDN mantém o protocolo para a Pós-Graduação em “Direito da Defesa Nacional” (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 10).

❖ Sensibilização e Divulgação

O IDN considera como uma prioridade no contexto da sua missão, a sensibilização da opinião pública, nomeadamente dos líderes de opinião, para as questões de segurança e defesa (Instituto da Defesa Nacional, 2016: 8). Para isso, tem conseguido juntar o tema da Defesa Nacional com o saber das instituições académicas e com as organizações da sociedade civil.

Um primeiro objetivo nesta área tem sido a descentralização geográfica das ações de sensibilização e debate público (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 12), ou seja, tem sido visto como prioritário levar as questões de segurança e defesa a outros pontos do nosso país, sem ser a sua capital, Lisboa. Já este ano, 2017, foi possível a realização da “Semana Descentralizada de Segurança e Defesa em Vila Real”, que fez chegar ao Norte do nosso país a promoção do debate público sobre estes temas, algo que foi muito bem acolhido.

Em segundo lugar, continua-se a apostar na divulgação científica feita pelo IDN, na qual as suas publicações têm um papel decisivo. A Revista *Nação e Defesa* (Figura 3) é a mais antiga da casa, esta publicação teve início em abril de 1976 e o seu objetivo passa por *“difundir até ao mais alto nível, civil e militar, a política da defesa nacional e os grandes problemas com ela relacionados, nomeadamente no campo político, económico, científico e militar”* (Instituto da Defesa Nacional, s.d.c). A coleção *Atena* (Figura 4) começou a ser publicada em 1998 e o seu objetivo é o de ser *“um espaço de reflexão e debate plural sobre o campo teórico das relações internacionais, estratégia, segurança e defesa”* (idem). O “IDN Brief” (Figura 5) representa uma publicação online mais pequena de *“artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa atuais, escritos pelos diferentes investigadores do IDN, a convite do Diretor ou por iniciativa própria”* (idem).

Por fim, os “IDN Cadernos” (Figura 6) “*resultam do trabalho de investigação (residente e não residente) promovido pelo Instituto da Defesa Nacional*” (*idem*). Nestas publicações pretende-se apresentar ao público o resultado dos projetos de investigação, das conferências, dos seminários, dos *workshops* e das mesas redondas promovidos pelo Instituto.

A principal aposta também passa pela implementação do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, já referido anteriormente, com a formação de professores e outras iniciativas. Uma das iniciativas de 2017 foi a Visita à Base Aérea de Monte Real pelo Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas que tem feito um notável trabalho na inserção do Referencial no seu sistema educativo. Com estas iniciativas, o IDN demonstra a importância que coloca na socialização dos mais jovens e na divulgação de valores essenciais no que toca à segurança e à defesa.

Um grande trunfo do Instituto é sem dúvida a riqueza do fundo documental da sua Biblioteca. Esta é uma Biblioteca especializada em áreas como Segurança, Defesa, Relações Internacionais, Estratégia, Geopolítica, Política Externa e Ciência Política presta apoio aos investigadores do IDN mas também a investigadores externos e a estudantes (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 14).

Com a descentralização das suas ações, com a qualidade das suas publicações e com a organização das mais variadas atividades, sejam conferências ou seminários, o IDN tem apostado fortemente na sensibilização dos portugueses para assuntos tão importantes como a segurança e a defesa, como nenhum outro o faz.

❖ Parcerias e Cooperação internacional

Para além da cooperação que o IDN privilegia com as instituições académicas nacionais, vai mais longe, e desde a sua criação que valoriza a relação com os institutos congéneres internacionais. Desta maneira consegue difundir a imagem do IDN e de Portugal em matérias como a segurança e a defesa. Esta continua a ser uma prioridade visto que o mundo é agora muito mais globalizado e onde Portugal tem o seu assento em organizações como a ONU, a União Europeia, a NATO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A cooperação internacional do Instituto passa pela sua participação no Colégio Europeu de Segurança e Defesa da EU, onde participa no Curso sobre Reforma do Setor de Segurança, no Curso sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Crises, no Curso sobre os Desafios da Cibersegurança Europeia (em parceria com o *Institut Des Hautes Études De Défense Nationale*, Paris) e o *High Level Course* (em parceria com o *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional*, Madrid); na Iniciativa de Defesa 5+5, onde participa no Curso de nível intermédio e superior e no projeto de investigação desenvolvido pelo *Centro EuroMagrebino de Estudos Estratégicos e de Segurança*; com o *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional*, onde participa no Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Ibero-Americanos; com a Associação dos Colégios de Defesa Ibero-Americanos, que em 2017 com a *Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos do Chile*; com o Colégio de Defesa NATO e com os Colóquios C4 que é uma iniciativa dos Colégios de Defesa de Espanha, França, Itália e Portugal (Instituto da Defesa Nacional, s.d.a: 17).

III. O Instituto da Defesa Nacional e a Governação Securitária

Europeia

Baseando-se na formulação conceptual de Webber *et al* (2004) o conceito de governação securitária europeia articula-se em torno de cinco características: “heterarquia”, isto é, um sistema de organização que reconhece a existência de múltiplos centros de poder e de influência; a existência e interação de um número diversificado de “atores públicos e privados”; a presença de formas de “institucionalização formal e informal” de governação securitária; relações estruturadas em normas e entendimentos; e existência de intenção coletiva. A partir destas cinco características iremos responder à pergunta de investigação deste relatório, articulando o conceito de governação europeia com a atividade do Instituto da Defesa Nacional: Como é que matérias no âmbito da segurança europeia são integradas no quadro da atividade de investigação, educação e formação, sensibilização e divulgação e parcerias e cooperação internacional do IDN com o propósito de proporcionar o apoio técnico à tomada de decisão?

No quadro da primeira característica, que informa o conceito de governação securitária, “heterarquia” é apresentada na literatura como um sistema de organização que reconhece a existência de múltiplos centros de poder. O IDN através da sua atividade de investigação (projetos e estudos) serve vários públicos: a tutela, ou seja, o MDN; os especialistas com interesses em matéria de investigação na área da segurança internacional e da defesa; e o público em geral através do trabalho de divulgação, reflexão e debate público daquelas matérias. Os projetos desenvolvidos pelo IDN consistem em atividade de investigação de longa duração com base em pressupostos teórico-conceituais, metodológicos e analíticos. Os estudos consistem em trabalho de investigação de natureza mais aplicada e de interesse direto no apoio técnico à tomada de decisão. Desta forma, é observável como o IDN reconhece e trabalha com múltiplos centros de poder, apoiando diretamente a tomada de decisão.

No que reporta à segunda característica, consistindo esta na existência e interação de um número diversificado de atores, de natureza pública e privada, ela é observável no efeito mobilizador do Instituto sobre públicos-alvo distintos, através da atividade de sensibilização e formação. No primeiro nível, o da sensibilização, a interação de um número diversificado de atores ocorre essencialmente através da organização de conferências e seminários nacionais e internacionais. No segundo nível, o da formação, a interação de um número diversificado de atores ocorre essencialmente através dos cursos ministrados pelo Instituto. Estes níveis reúnem um conjunto de atores relevantes nos setores público e privado na formulação de políticas públicas, na tomada de decisão e na área da intervenção cívica do público em geral que beneficia substancialmente do conhecimento especializado partilhado pelos oradores que tomam parte naquelas iniciativas.

No que concerne à terceira característica, ou seja, consolidação de formas de institucionalização formal e informal, no domínio da governação securitária, pode ser constatada também nas áreas de sensibilização, mas desta feita em sedes de especialistas. Neste caso é de salientar a atividade promovida pelo IDN em dois tipos de atividade: Grupos de Estudos e Mesas Redondas. No primeiro caso, a atividade de sensibilização passa em larga medida por um trabalho de reflexão e de debate entre comunidades de especialistas com responsabilidade direta ou indireta nas áreas de

investigação e de tomada de decisão, e pela produção de relatórios temáticos. No caso das Mesas Redondas, a eventual institucionalização informal e formal no campo da governação securitária assume uma dimensão que, embora sendo especializada, tem uma natureza mais aberta em termos de sensibilização dos públicos-alvo. Esta atividade reúne participantes provenientes de setores tão diversificados quanto altos funcionários da estrutura do Estado português, elementos do setor privado, elementos da imprensa e académicos. Ambas as atividades concorrem para a institucionalização informal (investigadores) e formal (agentes no apoio à tomada de decisão).

A quarta característica centra-se na estruturação de entendimentos e normas que podem ou não ter uma consequência regulativa. Evidência empírica desta afirmação pode ser constatada em dois casos concretos de intervenção do IDN, ou seja, o trabalho de preparação e de redação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) em 2013¹⁴ e o desenvolvimento, em conjunto entre o IDN e o Ministério da Educação (ME), e a aprovação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Cada um destes documentos gerou, não só, comunhão de entendimentos como o acordo sobre normas entre atores, no caso do CEDN no que respeita às grandes linhas de orientação estratégica da Política de Defesa Nacional, no caso do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, através do acordo entre o IDN e o ME no que respeita a conteúdos programáticos para a Segurança, a Defesa e a Paz aplicados ao ensino pré-escolar, básico e secundário.

A quinta e última característica apresentada por Webber *et al* (2004) diz respeito à intenção coletiva. O Instituto, através da investigação, estudo, divulgação e debate de temas da atualidade nacional e internacional, especialmente na área da segurança internacional e defesa, promove uma plataforma relacional entre as Forças Armadas e os setores público e privado. Tem também como missão a sensibilização da sociedade civil para estes temas, apoiando simultaneamente o Ministério da Defesa Nacional através do apoio técnico à tomada de decisão, e ao seu público em geral. Desta forma, o IDN congrega atividades e intervenientes promovendo um entendimento comum

¹⁴ Os trabalhos preparatórios de elaboração de um novo CEDN tiveram início em 2011 tendo ficado concluídos com a aprovação deste documento em Resolução de Conselho de Ministros em 2013 (Disponível em: https://www.sirp.pt/assets/files/legisla/diversa/CEDN_Conceito_estrategico_Defesa_Nacional.pdf)

sobre segurança internacional e defesa potencialmente gerador de intenção e vontade coletiva naquelas áreas de interesse.

IV. Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional

Sendo este um Relatório de Estágio, segue-se o capítulo essencial que se prende com as atividades em que a estagiária esteve envolvida durante o seu estágio no IDN entre 12 de setembro de 2016 e 31 de março de 2017.

Considerando que a estagiária pretendia completar o seu percurso académico com uma dimensão aplicada, escolheu elaborar um Relatório de Estágio para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais. Este mestrado é frequentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que dispõe de um protocolo com o IDN, razão pela qual foi possível juntar conhecimento teórico adquirido com a aplicação prática através da frequência de um estágio curricular.

As atividades da estagiária envolveram maioritariamente a receção dos convidados, tanto das conferências e seminários, como de grupos de estudo e cursos; o acompanhamento de alguns oradores convidados; a elaboração de conteúdos de divulgação, como sínteses curriculares, planos de transportes e locução de alguns eventos. No geral, a estagiária teve a oportunidade de acompanhar projetos desde a sua génese até à sua conclusão, o que lhe deu hipótese de acompanhar todas as fases importantes de planeamento e execução de eventos nacionais e internacionais. No anexo 1, segue uma tabela que engloba as principais atividades em que a estagiária teve envolvida e que serão apresentadas de seguida.

IV.1. Conferências e Seminários

A estagiária teve envolvida no acompanhamento de uma conferência nacional, de três seminários nacionais e de quatro seminários internacionais, onde os temas se desenvolveram à volta das transições de regime, dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da sua posição no sistema internacional, do *Daesh*, dos regimes

internacionais, da Segurança Energética e do *Brexit* e das suas consequências para a política externa e de defesa.

IV.1.1. Ciclo de Conferências “Debates do IDN”: “Transições de regime e instabilidade regional”

No dia 20 de dezembro de 2016, por volta das 11:15, deu-se início a 2.ª Conferência do Ciclo “Debates do IDN” subordinada ao tema “Transições de regime e instabilidade regional”, onde se pretendeu que os presentes refletissem sobre as recentes tentativas de transição de regime no Norte de África e Médio Oriente, com destaque para as suas consequências regionais e o seu impacto na Europa.

Foi proferida pelo Professor Doutor José Pacheco Pereira e teve como coordenadora a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. Ocorreu no Auditório I e a estagiária teve envolvida na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente a preparação da síntese curricular do orador, a receção dos participantes e esteve disponível para o auxílio no período de debate na recolha de questões ao orador.

IV.1.2. Ciclo de Seminários sobre “Os BRICS e a Ordem Internacional”: “A China e a Ordem Internacional”

No dia 15 de novembro de 2016, entre as 15:00 e as 18:00, teve lugar no Auditório I, o seminário integrante do Ciclo de Seminários sobre “Os BRICS e a Ordem Internacional” subordinado ao tema “A China e a Ordem Internacional”, onde se pretendeu que os presentes refletissem sobre o posicionamento da China na região e no mundo.

Este Ciclo de Seminários é uma parceria entre o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA). Teve como *Keynote Speaker* o Sr. Cai Run, Embaixador da China em Lisboa e um painel moderado pela Professora Doutora Carmen Fonseca, que teve como oradores o Professor Doutor Carlos Gaspar, o Professor Doutor Luís Mah, e o Tenente-Coronel Alexandre Carriço.

Teve como coordenador o Coronel de Cavalaria Alberto Marinheiro e a estagiária teve envolvida na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente a preparação das sínteses curriculares dos oradores, a receção dos participantes e esteve disponível para o auxílio no período de debate na recolha de questões aos oradores.

IV.1.3. Ciclo de Seminários sobre "Os BRICS e a Ordem Internacional": "A Federação da Rússia no Sistema Internacional"

No dia 21 de fevereiro de 2017, entre as 10:00 e as 13:00, teve lugar no Auditório I, o segundo seminário assistido pela estagiária integrante do Ciclo de Seminários sobre "Os BRICS e a Ordem Internacional" subordinado ao tema "A Federação da Rússia e a Ordem Internacional", onde se pretendeu que os presentes refletissem sobre o posicionamento da Federação da Rússia na região e no mundo.

Este Ciclo de Seminários é uma parceria entre o Instituto da Defesa Nacional e o Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA). Teria como *Keynote Speaker* o Sr. Oleg Belous, Embaixador da Federação da Rússia em Portugal, algo que não foi possível devido a uma pequena manifestação ucraniana à frente do edifício do Instituto que impossibilitou a visita do Sr. Embaixador, no entanto, manteve-se o painel moderado pela Professora Doutora Carmen Fonseca, que teve como oradores a Professora Doutora Patrícia Daehnhardt, a Professora Doutora Licínia Simão, e a Professora Doutora Diana Soller.

Teve como coordenador o Coronel de Cavalaria Alberto Marinheiro e a estagiária teve envolvida na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente a preparação das sínteses curriculares dos oradores, a receção dos participantes, a locução e o plano do evento e esteve disponível para o auxílio no período de debate na recolha de questões aos oradores.

Foi um evento que teve uma grande afluência do público pois é um tema muito atual na política internacional, algo que também foi notório na adesão do público no momento de debate. Com o convite a alunos de escolas secundárias e a presença de muitos alunos

universitários, o IDN conseguiu sensibilizar os mais novos para um tema atual sobre uma potência que tem um papel muito importante na política internacional.

IV.1.4. Seminário Nacional “O Daesh e o Flanco Sul”

Concentrando-se uma vez mais na promoção do debate sobre uma das maiores ameaças à segurança europeia na atualidade, o IDN promoveu a 12 de dezembro de 2016, um seminário subordinado ao tema “O Daesh e o Flanco Sul”. O seminário que decorreu durante todo o dia no Auditório I conteve cinco painéis com oradores especializados no estudo sobre a ameaça do *Daesh*.

A manhã foi dividida em dois painéis, em primeiro lugar um painel intitulado de “Daesh- Caracterização do movimento: objetivos e narrativa; evolução da estrutura e organização; instrumentos e *modus operandi*” que teve como moderador o Coronel Alberto Marinheiro e como oradores o Professor Doutor Daniel Pinéu, o Professor Doutor Felipe Pathé Duarte e o Coronel Nuno Lemos Pires; o segundo painel intitulado de “Perspetiva de análise do ponto de vista do Direito Internacional” teve como moderadora a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes e como oradora a Professora Doutora Patrícia Galvão Teles. Da parte da tarde, o tempo foi dividido em três painéis, o primeiro intitulado de “Daesh no flanco sul: Iraque e Síria; Norte de África e Sahel; Daesh na Europa” que teve como moderador o Embaixador Fernando Neves e como oradores a Professora Doutora Ana Santos Pinto, o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis e o Professor Doutor Felipe Pathé Duarte; o segundo painel intitulado de “Respostas internacionais: respostas multilaterais – organizações internacionais; respostas estatais” teve como moderador a Professora Doutora Mónica Ferro e como oradores o Professor Doutor Carlos Branco e o Professor Doutor Francisco Proença Garcia; para finalizar, o terceiro painel intitulado de “Portugal no contexto do flanco sul” teve como moderador o Coronel Alberto Marinheiro e como orador o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis.

Este Seminário teve como coordenador o Coronel de Cavalaria Alberto Marinheiro e a estagiária teve envolvida apenas no auxílio à logística do evento, nomeadamente no auxílio no período de debate na recolha de questões aos oradores. Posteriormente, a

pedido do diretor, a estagiária transcreveu os discursos da Professora Doutora Ana Santos Pinto e do Professor Doutor Daniel Pinéu.

IV.1.5. Seminário Internacional: “International regimes in a globalized world”

No dia 29 de novembro de 2016, entre as 09:45 e as 13:00, teve lugar no Auditório I um seminário internacional dedicado ao tema “International regimes in a globalized world” onde se pretendeu que os presentes refletissem sobre o conceito de regime internacional e a sua relevância no contexto de cooperação internacional, com destaque para a avaliação do impacto das ameaças sobre os regimes de segurança, sobre a governação europeia e sobre os regimes de mobilidade global. Houve a oportunidade de contar com a presença de especialistas europeus, o que muito enriqueceu o debate no Instituto.

A estagiária teve envolvida na elaboração do plano de transportes dos conferencistas internacionais, no que diz respeito às passagens aéreas e de alojamento, informação sobre datas e horas de partida e chegada dos oradores, auxiliou na receção dos participantes, enviou e-tickets e vouchers de hotel aos oradores, elaborou sínteses curriculares dos oradores para posterior distribuição aos participantes, preparou o plano e executou a locução, e por fim, ajudou no período de debate. Este seminário teve a coordenação da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes.

IV.1.6. Workshop Internacional “Geopolítica da Energia e Segurança Energética”

No dia 12 de janeiro de 2017, entre as 9:30 e as 13:30, teve lugar no Auditório II, o Workshop Internacional “Geopolítica da Energia e Segurança Energética” em organização conjunta entre o IDN e o IPRI. Este evento insere-se nas atividades do projeto de investigação aprovado e financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia, “A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa - Geo4Ger (FCT - PTDC/IVC-CPO/1295/2014), a decorrer desde junho de 2016.

Este Workshop teve como objetivo o debate sobre o conceito de Segurança Energética, bem como da observação dos desafios que este conceito provoca no mundo, especialmente na relação entre a Europa e a Rússia. Teve dois painéis, sendo o primeiro

dedicado ao debate dos dois conceitos principais, “geopolítica da energia” e “segurança energética”, e o segundo focado na relação energética euro-russa.

As atividades da estagiária envolveram o apoio na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente a preparação das sínteses curriculares dos oradores, a receção dos participantes e esteve disponível para qualquer questão de logística necessária, nomeadamente na cobertura fotográfica do evento.

IV.1.7. Seminário Internacional sobre “Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”

No dia 31 de janeiro de 2017, entre as 10:00 e as 13:00, teve lugar no Auditório I, o seminário internacional subordinado ao tema “Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”, onde se pretendeu que os presentes refletissem sobre este importante e complexo tema, essencialmente sobre as necessidades e desafios dos Países Africanos.

Este seminário internacional consistiu num painel seguido de debate. Os oradores convidados foram o Coronel António Pinheiro, o Dr. Pedro Seabra e o Professor Sami Faltas, tendo ainda como moderador o Prof. Bruno Cardoso Reis.

Teve como coordenador o Coronel de Cavalaria Alberto Marinheiro e a estagiária teve envolvida na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente a preparação das sínteses curriculares dos oradores, a receção dos participantes, no plano de transportes e no respetivo transporte do Professor Sami Faltas e esteve disponível para o auxílio no período de debate na recolha de questões aos oradores.

IV.1.8. Seminário Internacional sobre “Brexit: consequências para a UE, a NATO e Portugal”

No dia 28 de março de 2017, entre as 10:00 e as 18:00, teve lugar no Auditório I, o seminário internacional subordinado ao tema atual “Brexit: consequências para a EU, a NATO e Portugal” num período bastante importante, pois no dia a seguir, dia 29 de março, o artigo 50 do Tratado de Lisboa é pela primeira vez ativado, o Reino Unido

notifica a União Europeia da sua intenção de deixar o seu núcleo, por isso, este seminário foi de uma importância imensa no que diz respeito ao debate e à reflexão dos presentes naquilo que será o futuro da EU, da NATO e de Portugal sem a presença do Reino Unido no seio da União Europeia.

Este seminário internacional foi composto por um *Keynote Speaker*, por dois painéis e por uma *Closing Lecture*. Teve como *Keynote Speaker* a Sr. Kirsty Hayes, Embaixadora do Reino Unido em Portugal, que fez uma breve apresentação daquilo que significa a saída do Reino Unido para os britânicos.

O primeiro painel intitulado de “Brexit: consequences for the European integration process” teve como moderador o Professor Doutor Bruno Cardoso Reis e como oradores o Professor António Goucha Soares, a Professora Annette Bongardt e o Professor Francisco Pereira Coutinho.

O segundo painel intitulado de “Brexit: consequences for European defense and security” teve como moderador o Professor Paulo Sande e como oradores o Professor Daniel Fiott, o Antigo Embaixador Seixas da Costa e a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. A *Closing Lecture* foi dada pelo Professor Richard Whitman.

Teve como coordenador o Coronel de Cavalaria Alberto Marinheiro e a estagiária teve bastante envolvida na preparação dos instrumentos de divulgação, nomeadamente na preparação das sínteses curriculares dos oradores, na receção dos participantes e esteve disponível para o auxílio no período de debate na recolha de questões aos oradores.

IV.2. Grupos de Estudo

Os grupos de estudo estão inseridos nas atividades de investigação do IDN, no entanto, o molde de ação é diferente daquele que é apresentado nos seminários ou conferências pois o público é mais reduzido e é especializado para cada tema tratado. No final de cada reunião, o debate e discussão pretende ajudar na investigação do Instituto. Sendo

que é usada a regra de “*Chatham House*”¹⁵, os participantes não se sentem retraídos ao exprimir a sua opinião, contribuindo para um debate mais aberto e franco.

A estagiária teve envolvida em quatro grupos de estudo, em próxima colaboração com a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes e o seu Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia”, de aqui em diante tratado por GEPESDE. Os temas não se distanciavam do seu tema principal já mencionado, mas envolveram a integração europeia e a política externa portuguesa, os partidos populistas na Europa, a Estratégia Global da União Europeia e a Defesa Europeia.

III.2.1. Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (GEPESDE)

Sendo que a estagiária apenas teve a oportunidade de realizar este grupo de estudos, não poderá formular uma opinião geral sobre os grupos de estudo do Instituto. Assim, apenas se focará no Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia.

O GEPESDE é coordenado pela Professora Isabel Ferreira Nunes e teve o seu início em 2010. Este Grupo de Estudos tem como objetivo principal promover o debate sobre a dimensão global e regional da Política Europeia de Segurança e Defesa, mas também fomentar o conhecimento sobre como é que diversos Estados Membros se posicionam perante esta política europeia, principalmente aqueles cuja posição é semelhante à de Portugal, com a presença de responsáveis portugueses modeladores da posição nacional na Europa. É também, objetivo deste Grupo de Estudos, a troca de perspetivas e *networking* interinstitucional e interdisciplinar entre participantes (Instituto da Defesa Nacional, s.d.d.).

A primeira Reunião do Grupo de Estudos que a estagiária acompanhou em colaboração com a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes teve lugar a 11 de outubro de 2016 e foi dedicada ao tema “Europeização da política externa portuguesa – 30 anos após a integração europeia” contando com a presença do Embaixador Francisco Seixas da

¹⁵ A Regra de “Chatham House” usa-se na discussão de temas controversos em que qualquer pessoa presente pode usar a informação discutida, mas não pode revelar as autoridades que fazem as afirmações.

Costa e do Professor Doutor António Costa Pinto como oradores de excelência. Sendo este um tema especialmente importante para Portugal – a sua integração na EU e como isso alterou a nossa política externa – foi um tema muito interessante para os participantes e do qual surgiu um debate produtivo.

A segunda Reunião do Grupo de estudos a que a estagiária teve oportunidade de colaborar teve lugar a 9 de fevereiro de 2017 e foi dedicada ao tema “A Europa e os partidos populistas”, um tema que não deixou ninguém desinteressado pois trata-se de um assunto bastante atual e com extrema importância na análise das políticas europeias da atualidade. Esta reunião teve como oradores o Professor Doutor António Costa Pinto e Professor Doutor Vasco Rato.

A terceira Reunião deste Grupo de estudos teve lugar a 3 de março de 2017 e contou com a presença da Professora Doutora Nicoletta Pirozzi, investigadora do Instituto de Assuntos Internacionais de Roma, que se deslocou a Portugal para falar sobre a “Estratégia Global da União Europeia e as crises externas”, algo que concluiu com um grande sucesso pois a Professora teve a capacidade de prender os participantes com a sua explicação minuciosa daquilo que é a Estratégia Global da EU e como se diferencia da anterior Estratégia de Segurança Europeia apresentada em 2003 e que não englobava as mudanças importantíssimas do contexto internacional, como por exemplo a emergência de novas potências como a Rússia ou a China.

A quarta e última reunião deste Grupo de estudos a que a estagiária teve a oportunidade de colaborar teve lugar a 29 de março de 2017 e foi dedicada ao tema “Os desafios atuais da defesa europeia” que teve como orador o Professor Doutor Daniel Fiott, investigador do European Union Institute for Security Studies de Paris e docente da Universidade Livre de Bruxelas.

A estagiária, como já foi referido, trabalhou em próxima colaboração com a Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes. No que toca às suas atividades, estas englobam a elaboração de convites institucionais, o acompanhamento do conferencista, principalmente quando este era internacional, a atualização das listas dos convidados bem como a lista final de cada reunião, e, no próprio dia, apoiava na receção dos convidados e ajudava o núcleo de Planeamento na realização de placas de convidados

inesperados. Durante a reunião, a estagiária tinha a oportunidade de assistir a debates deveras interessantes.

IV.3. Cursos

Também os cursos são uma área fundamental para o Instituto no que toca à sua vertente de centro de estudos e investigação e a oferta é cada vez mais variada e específica. A estagiária participou em cinco cursos e esta foi a atividade em que mais teve presente a sua ação no IDN, sendo o Curso de Defesa para Jovens a primeira atividade que a estagiária tem oportunidade de realizar assim que começa o seu estágio.

IV.3.1. XVII Curso de Defesa para Jovens 2016

Como já foi referido anteriormente, o Curso de Defesa para Jovens (CDJ) é um curso específico para os jovens que no futuro poderão ocupar lugares superiores no Estado português e que sejam interessados pelos grandes problemas nacionais e internacionais, especificamente nos temas de segurança e defesa. Realiza-se desde 2003 e conta com a colaboração dos Ramos das Forças Armadas, das Forças de Segurança e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (Diretiva 20/2016).

A edição de 2016 teve início a 16 de setembro e foi concluído a 30 de setembro, e foi a primeira atividade a que a estagiária teve oportunidade de colaborar. Contou com a participação ativa de 50 auditores, dos quais 33 eram de Lisboa e 17 estavam no Porto. Tal como nas outras edições, o curso foi constituído por três atividades nucleares: as conferências seguidas de debate, os trabalhos de grupo com posterior apresentação e debate e as visitas de estudo durante três semanas em simultâneo no Porto e em Lisboa com ajuda de videoconferência.

O coordenador da 17ª edição deste curso foi o Major Mário Caria Mendes que atribuiu à estagiária as tarefas necessárias para a boa conclusão deste curso. Fez um pequeno briefing do curso e do que esperava da parte dos estagiários, sendo que a estagiária não era a principal responsável do curso, as suas atividades principais envolveram a assistência às conferências e o apoio logístico necessário em todas as atividades do

curso, o que envolveu a receção e o apoio constante aos auditores do curso, sendo a primeira figura que estes encontravam quando entravam em contacto com o Instituto, mas também ajudou no controlo da folha de presenças e ajudou o coordenador na constituição dos grupos de trabalho.

IV.3.2. X Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas 2016

Com o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (CSDJ), o IDN pretende contribuir para o aprofundamento da cultura de segurança e defesa dos quadros e futuros quadros ligados ao jornalismo e à comunicação. Assim como o CDJ, o CSDJ é constituído por três atividades centrais: as conferências seguidas de debate, os casos de estudo com posterior discussão dirigida e as visitas de estudo durante quatro semanas em simultâneo no Porto e em Lisboa com ajuda de videoconferência (Instituto da Defesa Nacional, 2012).

A edição de 2016 teve início a 3 de outubro e foi concluído a 27 de outubro, e foi a primeira atividade a que a estagiária teve oportunidade de ser a principal responsável pelos estagiários. Contou com a participação ativa de 16 auditores, dos quais 8 eram de Lisboa e 8 estavam no Porto (Diretiva 19/2016).

O coordenador da 10ª edição deste curso foi o Coronel de Artilharia Carlos Manuel Coutinho Rodrigues que atribuiu à estagiária as tarefas necessárias para a boa conclusão deste curso. A estagiária teve a oportunidade de ser a estagiária responsável por este curso. O Coronel Coutinho Rodrigues fez um pequeno briefing do curso e do que esperava da parte dos estagiários. As atividades da estagiária envolveram a assistência às conferências e o apoio logístico necessário em todas as atividades do curso, o que envolveu a receção e o apoio constante aos auditores do curso, sendo a primeira figura que estes encontravam quando entravam em contacto com o Instituto, mas também ajudou no controlo da folha de presenças e ajudou o coordenador na constituição dos grupos de trabalho. Fez a locução das cerimónias de abertura e conclusão do curso e fez a gestão da plataforma de formação do IDN, o Moodle, colocando à disposição dos auditores as apresentações dos oradores convidados e das instituições visitadas.

IV.3.3. IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa na Madeira (IV CISEDE Madeira) – 1º e 2º Módulo

O Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) realiza-se anualmente e alternadamente entre a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores. Este curso é frequentado por auditores e tem a natureza de um curso intensivo que visa proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre questões de segurança e defesa nacional a habitantes das Regiões Autónomas (Instituto da Defesa Nacional, 2010a).

A estrutura do CISEDE é composta por três módulos, sendo que a estagiária apenas esteve envolvida na realização dos dois primeiros módulos subordinados aos temas “O Quadro Geral de Segurança e Defesa” e “A Política de Defesa Nacional” que se realizaram de 18 a 23 de novembro de 2016 e de 15 a 17 de fevereiro de 2017, respetivamente. Conferências e debates compõem este curso (Diretiva 26/2016).

O Tenente-Coronel Virgílio Pereira Brito Ribeiro foi nomeado, pela primeira vez, coordenador deste curso, substituindo o antigo coordenador deste curso, o Major Mário Caria Mendes. Como a estagiária não teve a oportunidade de acompanhar a realização deste curso presencialmente, coadjuvou o coordenador à distância com tudo o que era necessário, essencialmente na coordenação e gestão dos conteúdos da plataforma de formação do IDN, o Moodle. Posteriormente à data da realização deste CISEDE, a estagiária ajudou na elaboração dos instrumentos de divulgação aos auditores e na preparação do curso.

IV.3.4. VIII Curso de Gestão Civil de Crises 2017 (VIII CGCC-2017)

O Curso de Gestão Civil de Crises (CGCC) é um curso ministrado pelo IDN anualmente com o principal objetivo de promover o conhecimento e a reflexão sobre a gestão civil de crises no âmbito da segurança e defesa habilitando os seus auditores a intervir em questões relacionadas com crises em ambientes multilaterais (Instituto da Defesa Nacional, 2016).

Este curso organiza-se por três módulos, assim como o CISEDE, mas a estagiária só esteve presente na realização do 1º módulo subordinado ao tema “A União Europeia e a Gestão Civil de Crises” que se realizou entre 6 e 10 de março de 2017. Os primeiros

dois módulos centram-se nas atividades de conferências, painéis e debates e o último módulo consiste num exercício prático em que se trata uma operação de gestão de crises fictícia, que requer uma resposta rápida e incluindo os processos já aprendidos nos módulos anteriores de planeamento, tomada de decisão e controlo de crises fazendo uso de instrumentos civis e militares (Instituto da Defesa Nacional, s.d.e).

O coordenador deste curso é o Coronel Jorge Costa Campos que atribuiu à estagiária as tarefas necessárias para a boa conclusão deste curso. Sendo que a estagiária não era a responsável dos estagiários neste curso, apenas esteve presente nas conferências e no apoio logístico necessário em todas as atividades do curso.

IV.3.5. IVº Curso de “Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço” 2017

O Curso de “Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço” é um curso que tem tido uma grande afluência de candidaturas devido ao, cada vez maior, interesse do tema na atualidade. O seu principal objetivo passa pela sensibilização dos auditores para os riscos e ameaças que o ciberespaço coloca à segurança e à defesa nacional (Diretiva 7/2017).

Este curso divide-se em cinco módulos, os quatro primeiros são frequentados nas instalações do IDN em Lisboa e em videoconferência no Porto e o quinto módulo que passa por um exercício de decisão estratégica é frequentando na Academia Militar na Amadora. Desde a sua primeira edição que este curso é composto por reputados especialistas nacionais e internacionais nas diversas áreas do curso, nomeadamente por uma equipa de mentores da Estónia para a realização do quinto módulo (Instituto da Defesa Nacional, s.d.f.). A quarta edição deste curso decorreu entre 20 a 31 de Março, sendo que dia 22 não houve atividades.

Os coordenadores deste curso são o Coronel João Barbas do Instituto da Defesa Nacional e o Tenente-Coronel Paulo Viegas Nunes da Academia Militar. O Coronel João Barbas distribuiu as atividades e à estagiária ficou determinado que esta efetuaria notas biográficas e o plano de transportes, seria a principal figura de comunicação entre os auditores e os Coordenadores do curso, apoiaria a elaboração dos materiais de

divulgação, asseguraria a receção dos oradores e auditores e iria fazer a locução o seu respetivo plano para a cerimónia de abertura e encerramento.

IV.4. Outras atividades

O período de estágio envolveu outras atividades para além das referidas, essas que eram pontuais e que, maioritariamente, iam ao encontro do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, um documento orientador para a implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário. O Referencial pretende contribuir para elevar o nível de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e promover atitudes/valores e comportamentos na área da segurança, defesa e paz das crianças e dos jovens que frequentam a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário (António Dias *et al*, 2014).

IV.4.1. II, III, VI Ação de Formação para Professores do Ensino Básico e Secundário

O Referencial previamente mencionado apenas funciona como um instrumento de orientação e apoio que pode ser utilizado por cada escola e disciplina. Com as Ações de Formação, o IDN e a Direção Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação pretendem apresentar metodologias didáticas e pedagógicas para a implementação do Referencial, consciencializando e equipando os professores para o ensino da segurança e defesa, entre outros objetivos. Estas ações de formação estão organizadas em sessões de formação com um trabalho final de curso e têm uma dimensão teórico-prática (Instituto da Defesa Nacional, s.d.g).

A estagiária teve a oportunidade de contribuir para a conclusão com sucesso da II Ação de Formação, que teve lugar na cidade do Porto, e da III Ação de Formação, que teve lugar na cidade de Lisboa. As atividades da estagiária incluíram a elaboração das listas de classificação final dos professores assim como o apoio à elaboração dos diplomas. No que toca à VI Ação de Formação, que teve lugar na cidade de Oeiras, a estagiária contribuiu com a redação dos ofícios a serem enviados às Forças e Serviços de Segurança

para a colaboração nesta Ação de Formação, assim como com a redação da Diretiva sobre a atividade.

IV.4.2. Perfil do Professor de Segurança e Defesa para o Ensino Primário, do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário

No âmbito do Referencial foi necessário, a uma certa altura, apoiar o Professor António Paulo Duarte na elaboração do Perfil do Professor de Segurança e Defesa para o Ensino Primário, do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário. Para isso, as estagiárias exploraram os documentos que já poderiam existir com a elaboração de perfis desejados para certas atividades, algo que adaptaram para um professor de segurança e defesa.

IV.4.3. Fichas didáticas no âmbito do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

Seguindo a mesma linha de atividades do ponto referido anteriormente, o Professor António Paulo Duarte requereu a ajuda das estagiárias para a elaboração de fichas didáticas para o 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário. Para isso, as estagiárias utilizaram os temas em que o Referencial se organiza para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário (apresentados em baixo) e redigiram fichas didáticas distribuídas com quatro temas.

- **Tema A** - A Segurança, a Defesa e a Paz;
- **Tema B** - O Contexto Internacional e o Quadro Nacional – a Mundialização e a Interdependência;
- **Tema C** - A Identidade Nacional e o Quadro Internacional da Segurança, da Defesa e da Paz;
- **Tema D** - As Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança – O Quadro Institucional, Organização e Missões (António Dias *et al*, 2014).

IV.4.4. Sessão Solene do Curso de Defesa Nacional – Abertura do ano académico 2016-2017

Como já foi referido anteriormente, o Curso da Defesa Nacional, é o curso nuclear do Instituto e remonta aos seus primórdios de existência. Por isso, a sua organização é pensada sempre ao pormenor e o rigor é exigido ao minuto.

Na abertura do ano académico 2016-2017, a estagiária teve a oportunidade de colaborar para o bom sucesso da Sessão Solene ao estar sempre disponível para qualquer auxílio que fosse necessário, mas também para alocução do evento que contou com a presença do Dr. Jorge Sampaio com a sua lição inaugural subordinada ao tema “A nova Europa dividida: algumas reflexões e achegas de geopolítica”, mas também contou com a presença do Ministro da Defesa Nacional, o Professor Doutor José Alberto de Azeredo Lopes.

IV.4.4. Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa – Vila Real

No final do estágio, em finais do mês de março, a estagiária foi convidada para estender o seu estágio para mais uma semana e colaborar com alguns assessores do Instituto naquelas que foram as Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa que teve lugar em Vila Real. O objetivo passou por levar os temas nucleares de trabalho do IDN, a segurança e a defesa, a uma cidade localizada no norte do país.

Estas Jornadas decorreram entre 3 e 7 de abril de 2017 e incluíram um Curso Intensivo de Segurança e Defesa, realizado na Biblioteca Municipal de Vila Real, onde a estagiária colaborou em todas as necessidades logísticas do evento, nomeadamente no período de debate e no controlo de presenças dos auditores; um seminário subordinado ao tema “Segurança da Informação e do Ciberespaço: Contributos para a Cibersegurança e Ciberdefesa de Portugal”, realizado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), parceira na realização destas Jornadas. A estagiária teve a oportunidade de fazer a alocução deste seminário e de auxiliar durante todo o evento em matérias logísticas. E, por último, estas Jornadas foram realizadas no Espaço Miguel Torga em Sabrosa, com a parceria da Câmara Municipal de Sabrosa, uma conferência subordinada ao tema “O Papel das Forças Armadas no Portugal do Século XXI” e que contou com os conferencistas nacionais como: Artur Pina Monteiro, Adriano Moreira e Abel Cabral

Couto com a moderação do Embaixador Fernando de Oliveira Neves e a presidência do Professor Doutor Azeredo Lopes, ministro da Defesa Nacional. A estagiária teve a oportunidade, uma vez mais, de fazer a alocação deste seminário e de auxiliar durante todo o evento em matérias logísticas.

O Centro de Estudos e Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEISDTAD) e a Câmara Municipal de Vila Real, juntamente com as entidades já referidas, aliaram-se assim à primeira edição das Jornadas Descentralizadas de Segurança e Defesa em Vila Real.

Com a deslocação do Ministério da Defesa Nacional e do IDN a Vila Real, aproveitou-se também para assinar um protocolo com os Municípios do Distrito no âmbito do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, referido anteriormente.

IV.5. Reflexão Crítica sobre o Estágio curricular

O estágio curricular decorreu entre setembro de 2016 e março de 2017 e proporcionou à estagiária o seu primeiro contacto com o mercado de trabalho após a conclusão da sua vida académica. Muitas foram as aprendizagens da estagiária e, globalmente, foi uma experiência essencial para o seu futuro profissional. Cabe agora refletir, com sentido crítico, sobre a mais valia do estágio e sobre o Instituto em si.

Naquilo que a estagiária entende ser os pontos fortes do Instituto inclui-se o grande prestígio do Instituto dentro do núcleo de especialistas em segurança e defesa a nível nacional e internacional, nomeadamente com o Curso da Defesa Nacional, que engloba quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil. No entanto, entre a camada mais jovem, o IDN continua a não ser muito reconhecido: apesar de todos os esforços dos últimos anos, o Instituto ainda não chegou ao conhecimento de muitos jovens interessados em relações internacionais ou ciência política. Com a divulgação certa, o Instituto poderia ser um objetivo curricular de muitos mais jovens, nomeadamente através de um incentivo monetário aos seus estagiários que, também, deveriam ser selecionados por critérios mais rigorosos, como é o caso do processo de seleção dos auditores do Curso de Defesa Nacional.

Seguindo esta linha de raciocínio encontramos um grande entrave a qualquer aposta na divulgação ou incentivos monetários aos estágios no IDN - a conjuntura económica do país. Estando ainda a lutar com os sintomas deixados pela crise económica, o IDN apresenta recursos limitados para um ímpeto mais arriscado na divulgação da sua atividade. No entanto, com uma gestão pensada do futuro do Instituto, poder-se-ia alcançar resultados muito positivos. Dentro desta linha de raciocínio, a estagiária sugere um rejuvenescimento do quadro de funcionários, de maneira a ir ao encontro da camada mais jovem, que ainda não vê o Instituto como um objetivo curricular. Para isso, também seria interessante a aposta na renumeração dos estagiários e uma atribuição maior de trabalho, ou seja, ao trabalharem diretamente com o departamento financeiro, por exemplo, ao pesquisar viagens para os conferencistas internacionais, estadias hoteleiras, os jovens na atualidade desenvolveram fortes competências que iriam ao encontro da poupança e da melhor gestão do dinheiro, dando apenas um exemplo do potencial dos estagiários.

Continuando o raciocínio que vai ao encontro da falta de jovens que vêm no Instituto um espaço de aprendizagem, de conhecimento e de possível perspetiva de emprego, também é desmotivante, de certa forma, o investimento de tempo, trabalho e dedicação dos jovens a uma instituição que não os valoriza, por isso, a estagiária sugere que, com um espaçamento temporal definido pelo IDN, se realize um recrutamento de antigos estagiários, o que seria uma mais valia também para o Instituto, pois este aproveitaria o conhecimento prévio dos estagiários no trabalho deste e não perderia também, a excelência dos seus estagiários. Algo de realçar e que poderia continuar com os jovens é, algo único e muito interessante deste Instituto, a combinação de funcionários civis e militares, algo que, sem dúvida, se apresenta como uma mais valia, da qual os resultados são positivos e poderiam continuar a sê-lo.

Voltando aos pontos fortes do Instituto, a estagiária realça a vasta oferta de formação apresentada pelo Instituto e de uma excelência incontestável nas questões que aborda, juntamente com a sua biblioteca de referência a nível nacional nas mesmas questões, a segurança e a defesa. De realçar, também, a exigência e o rigor apresentados pelos assessores do Instituto em todas as atividades que este promove. Algo que a estagiária também gostaria de realçar é a iniciativa do Instituto de inserir nos programas dos seus

curso as visitas de estudo. Esta iniciativa é algo que diferencia o IDN de todas as outras instituições de ensino, promovendo um maior contacto dos seus auditores com as Forças Armadas e as Forças de Segurança.

Uma das atividades de extrema importância para o Estado português que o Instituto realiza é o apoio à tomada de decisão com estudos específicos sobre temas da atualidade nacional e internacional de interesse para o nosso país. Aqui também, o Instituto poderia sair valorizado ao apostar nos seus estagiários ou nos seus colaboradores mais jovens, ao contribuírem para este apoio à tomada de decisão.

Para a estagiária, é importante referir que o IDN lhe proporcionou a oportunidade de socializar e trabalhar com individualidades de grande prestígio nas relações internacionais, quer a nível nacional, quer a nível internacional, algo que levará sempre consigo pois ajudou no seu *networking* profissional.

Numa linha sugestiva, a estagiária sugere uma maior presença do IDN nas universidades nacionais, quer em feiras, quer na realização de seminários repartidos entre os auditórios das universidades e os auditórios do Instituto. Seria interessante a realização de um Dia Aberto no Instituto, algo que teria de ser muito bem idealizado para chamar os mais jovens a participar em conferências com temas atuais e simulações de reuniões de organizações internacionais como a ONU, NATO ou EU. Estas simulações também seriam interessantes se fossem inseridas em programas de cursos já existentes como é o caso do Curso de Defesa para Jovens, de maneira a tornar mais prática a formação e a promover a argumentação diplomática e o espírito crítico dos auditores em matérias securitárias atuais.

Com o objetivo de divulgar ainda mais o Instituto e de maneira a poupar nos recursos existentes, o Instituto poderia apostar muito mais nas redes sociais. Colocando à responsabilidade do Núcleo de Relações Públicas a coordenação das atualizações dos eventos e estudos realizados e a realizar, nomeadamente com a transmissão em direto de excertos de alguns eventos e do lançamento de questões de debate (algo que as páginas de *Facebook* e *Twitter* das maiores organizações já fazem). Esta aposta nunca sairia falhada numa altura em que o mundo cibernético é usado como nunca e não implicaria recursos financeiros diretos.

O Instituto tem vindo a concretizar a sua missão com uma excelência que não se encontra em todas as instituições nacionais. Os seus dirigentes, assessores e colaboradores são uma das grandes razões para o sucesso do Instituto pois a vontade de alcançar mais e melhor para esta instituição é diária e constante. A estagiária não irá esquecer a experiência profissional que obteve no Instituto e que será, sem dúvida, um trunfo para o seu futuro pessoal e profissional.

CONCLUSÃO

O conceito de governação securitária ainda não obteve uma definição precisa e generalizada, no entanto, como se pode constatar no primeiro capítulo deste relatório, as contribuições que foram analisadas ajudam a uma melhor compreensão do conceito. Rosenau, Webber *et al*, Kirchner e Krahmann são assim, essenciais para a compreensão do que é governação securitária e após a revisão das suas obras destacam-se os seguintes elementos. Ao contrário do sistema de governo, a governação securitária, nomeadamente a europeia carece de uma autoridade central sendo a formulação e implementação de políticas de segurança e defesa asseguradas por atores governamentais e não-governamentais. Na tomada de decisão predomina a consensualização em detrimento da coerção. Os diferentes atores, quer sejam eles públicos ou privados, negociam com uma intenção comum indo ao encontro de um objetivo de segurança coletivo. Dado o grau de complexidade da gestão das crises e dos conflitos a governação securitária proporciona formas de coordenação entre atores especializados sobre assuntos securitários. Esta coordenação pode assumir a forma de acordos formais e informais com o objetivo de alcançar um determinado resultado político e de segurança. No que concerne à região europeia, é dado realce neste relatório à análise de Krahmann. Este sugere diferentes dimensões explicativas do quadro atual das relações entre os atores e que contrapõem governo e governação. Enquanto algumas dimensões demonstram uma visível tendência para o sistema de governação securitária, outras evidenciam dificuldade em quebrar a ligação com o sistema de governo, como é o caso da dimensão dos interesses. Exemplo desta última dimensão são as diversas diferenças de interesse nacional em áreas de segurança entre países da Europa Ocidental e Oriental, em particular no que diz respeito ao alargamento da EU e da NATO.

Sendo o Instituto da Defesa Nacional o organismo onde a estagiária teve a oportunidade de realizar o seu estágio curricular, do qual surge este relatório, apresentar o Instituto e compreender a sua intervenção na atualidade era o objetivo do segundo capítulo. Sendo assim, o IDN apresenta-se como ideia inicial e como o nome de IAEDN em 1967, no entanto, devido aos constrangimentos do 25 de Abril de 1974, a sua atividade cessa. Apenas em 1976 é criado o, já conhecido, Instituto da Defesa Nacional. Na atualidade,

o IDN é um órgão integrante do Ministério da Defesa Nacional e um serviço central da administração direta do Estado, detendo, porém, autonomia administrativa, científica e pedagógica. As suas atividades dividem-se em quatro áreas principais: a investigação, a educação e formação, a sensibilização e divulgação e as parcerias e cooperação internacional. Com estas atividades, o IDN tem apostado e conseguido, que ano após ano, a sociedade civil tenha se sensibilizado para os temas da segurança e defesa, com a excelência de que já nos habituou.

Este Relatório de estágio partiu de uma pergunta de investigação que colocava a seguinte questão: “Como é que matérias no âmbito da segurança europeia são integradas no quadro da atividade de investigação, educação e formação, sensibilização e divulgação e parcerias e cooperação internacional do IDN com o propósito de proporcionar o apoio técnico à tomada de decisão?”. De forma a responder a esta pergunta, a estagiária escolheu, no terceiro capítulo, a formulação conceptual de Webber *et al* (2004) do conceito de governação securitária que o descreve em torno de cinco características. A partir destas características, a estagiária articulou-as com a atividade do Instituto da Defesa Nacional e verificou que, de uma maneira mais intuitiva numas características e menos noutras, é possível articular a atividade do IDN com as cinco características de governação securitária apresentadas por Webber *et al* (2004). O IDN ao servir vários públicos reconhece e colabora com múltiplos centros de poder, identificando-se com a característica de “heterarquia”. No que concerne à segunda característica, da existência e interação de um número diversificado de atores, de natureza pública e privada, a articulação com a atividade do IDN ainda é mais evidente, nomeadamente através da organização de conferências e seminários nacionais e internacionais, por um lado, e através dos cursos ministrados pelo Instituto, por outro lado. Aqui, reúnem um conjunto diversificado de atores relevantes nos setores público e privado. No que reporta à terceira característica, as Mesas Redondas e os Grupos de Estudos contribuem para a evidência da articulação destas atividades com a consolidação de formas de institucionalização formal (no apoio à tomada de decisão) e informal (investigadores). A quarta característica que trata da estruturação de entendimentos e normas pode ser observada em duas atividades concretas em que o IDN esteve envolvido, a preparação e redação do CEDN e a aprovação do Referencial de

Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. Ambas as atividades geraram comunhão de entendimentos, mas também acordo sobre normas entre os atores envolvidos, verificando-se assim a articulação da característica de governação securitária com a atividade do IDN. A existência de intenção coletiva é identificada como a quinta e última característica apresentada por Webber *et al* (2004). A atividade do Instituto da Defesa Nacional e os seus intervenientes ao promoverem um entendimento comum sobre segurança internacional e defesa tentam fomentar intenção e vontade coletiva naquelas áreas de interesse.

Ao se tratar de um Relatório de Estágio, é imprescindível o quarto e último capítulo aqui apresentado, este que se prende com as atividades em que a estagiária esteve envolvida durante o seu período de estágio. A estagiária identificou quatro tipos de atividades em que esteve envolvida: as conferências e os seminários, os Grupos de Estudos, os cursos e as outras atividades. As funções da estagiária passaram, maioritariamente, pela elaboração de conteúdos de divulgação, pela elaboração dos planos de transporte dos oradores internacionais, pela receção dos convidados, pela alocação de alguns dos eventos, pelo auxílio no período de debate, e o auxílio da logística dos eventos, no geral. Ainda neste capítulo e como nota conclusiva, a estagiária fez uma reflexão crítica sobre o estágio curricular. É importante referir que o Instituto da Defesa Nacional proporcionou à estagiária a oportunidade de conviver e trabalhar com individualidades de grande prestígio nas relações internacionais, algo que valorizará o seu futuro profissional.

As novas ameaças securitárias, cada vez mais dispersas, diversas e imprevisíveis tornam indispensável a atividade de Institutos como o IDN. Através do trabalho deste Instituto, nomeadamente através dos seus estudos e da sensibilização que realiza no seio da sociedade civil, estaremos mais conscientes dos desafios que o mundo internacional nos apresenta e o Estado português estará melhor preparado para defender os nossos interesses. Com certeza que o futuro deste Instituto passará pela constante evolução, que já o caracteriza, e estará cada vez mais perto da população portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Decreto-Lei n.º 46/88 de 11 de fevereiro de 1988, Diário da República, I Série, n.º 35, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/283067> [Último acesso: 25 de Abril de 2017].

Decreto-Lei n.º 48 146 de 23 de dezembro de 1967, Diário do Governo, I Série, n.º 297, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1967. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/401598> [Último acesso: 24 de Abril de 2017].

Decreto-Lei n.º 550-D/76 de 12 de julho de 1976, Diário da República, I Série, n.º 161, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/181688> [Último acesso: 25 de Abril de 2017].

Decreto-Lei n.º 635/74 de 20 de novembro de 1974, Diário da República, I Série, n.º 270, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/466103> [Último acesso: 24 de Abril de 2017].

Decreto-Regulamentar n.º 41/2012 de 16 de maio de 2012, Diário da República, I Série, n.º 95, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/596215/idn_decretoregulametar.pdf [Último acesso: 25 de Abril de 2017].

Decreto-Regulamentar n.º 7/2015 de 31 de julho de 2015, Diário da República, I Série, n.º 148, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2015. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/69920319> [Último acesso: 25 de Abril de 2017].

Diretiva n.º19/2016, X Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas 2016

Diretiva n.º20/2016, XVII Curso de Defesa para Jovens 2016.

Diretiva n.º26/2016, IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa, Madeira

Diretiva n.º7/2017, IV Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço 2017

ARTIGOS

Christou, George; Croft, Stuart; Ceccorulli, Michela & Lucarelli, Sonia (2010). European Union security governance: putting the “security” back in. In: *European Security*, 19:3, pp. 341-359.

Couto, Abel Cabral (2001). Na Queda do "Muro"... In: Instituto da Defesa Nacional, ed., *Nação e Defesa nº100*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.25-35.

Couto, Abel Cabral (2014a). Testemunho: Tenente-General Abel Cabral Couto. In: A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.46-54.

Couto, Abel Cabral (2014b). Testemunho: Tenente-General Abel Cabral Couto. In: A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.61-75.

Kirchner, Emil J. (2006). The Challenge of European Union Security Governance. In: *JCMS*, Vol. 44, Nº5, pp. 947-968.

Pina, Luís M. da Câmara (1987) “O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional Estudo Interdisciplinar. Investigação”, *Nação e Defesa: número especial dedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*.

Rodrigues, José Manuel Bettencourt (1987) “O General Câmara Pina e o I.A.E.D.N.”, *Nação e Defesa: número especial dedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*.

Silva, António d’Oliveira Baptista e (1987) “Resenha Histórica das Atividades do Instituto da Defesa Nacional no X Aniversário da sua criação”, *Nação e Defesa: número especial 783ew4wdedicado ao X aniversário do Instituto da Defesa Nacional*.

Sperling, James & Webber, Mark (2014). Security Governance in Europe: a return to system. In: *European Security*, 23:2, pp. 126-144.

Vieira, Guilherme de Sousa Belchior (2014). Testemunho: Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior Vieira. In: A. Cabral Couto, J. Garcia Leandro e A. Duarte, ed., *IDN Cadernos - Memória do Instituto da Defesa Nacional*, 1st ed. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp.24-31.

Webber, Mark; Croft, Stuart; Howorth, Jolyon; Terriff, Terry and Krahmann, Elke (2004). The Governance of European Security. In: *Review of International Studies*, 30, pp.3-26.

WEBGRAFIA

Conselho da União Europeia (2005), *Estratégia de luta contra o terrorismo*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l33275> [Último acesso: 3 de Julho de 2017].

Dias, António; Paulo Duarte, António; Baptista, Dalila; Duarte, Daniel; Carvalho, Isabel; Barata, João; Fonseca, Jorge; Serra, José; Saraiva, Luís Eduardo; Santos, Luis Filipe; Saraiva, Maria Francisca & Jorge, Maria José (2014). *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/Referencial-EBOOK-versaodigital.pdf> [Último acesso: 2 de Outubro de 2017].

European Parliamentary Research Service Blog (2017), *What Measures Is The EU Taking To Combat Terrorism?* Disponível em: <https://epthinktank.eu/2017/02/09/what-measures-is-the-eu-taking-to-combat-terrorism/> [Último acesso: 3 de Julho de 2017].

European Union, Policy Department for Citizens' Rights and Constitutional Affairs (2017) *The European Union's Policies on Counter-Terrorism. Relevance, Coherence and Effectiveness*. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/583124/IPOL_STU\(2017\)583124_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/583124/IPOL_STU(2017)583124_EN.pdf) [Último acesso: 3 de Julho de 2017].

Instituto da Defesa Nacional (2016) *IDN Plano de Atividades 2016*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_atividades2016.pdf [Último acesso: 24 de Abril de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (2010). *Regulamento Do Curso De Defesa Nacional (CDN)*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_cdn.pdf [Último acesso: 26 de abril de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (2010a). *Regulamento Do Curso Intensivo de Segurança e Defesa*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/Regulamento_CISEDE.pdf [Último acesso: 21 de setembro de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (2012). *Regulamento Do Curso De Segurança e Defesa para Jornalistas* (CSDJ). Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/csdj_regulamento_2012.pdf [Último acesso: 21 de setembro de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (2014). *Regulamento Do Curso De Defesa para Jovens* (CDJ). Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/cdj_regulamento.pdf [Último acesso: 26 de abril de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (2016). *Regulamento Do Curso de Gestão Civil de Crises*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_cgcc_2017.pdf [Último acesso: 21 de setembro de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.a). *Apresentação IDN*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf [Último acesso: 28 de abril de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.b). *Instituto da Defesa Nacional – Cursos*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=004&area=001> [Último acesso: 26 de abril de 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.c). *Instituto da Defesa Nacional - Publicações*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=011> [Último acesso: 13 abril 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.d). *Instituto da Defesa Nacional – Grupos de Estudo*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1308&cod=10> [Último acesso: 2 de agosto 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.e). *Instituto da Defesa Nacional – Curso de Gestão Civil de Crises*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=800&area=810> [Último acesso: 21 de setembro 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.f). *Instituto da Defesa Nacional – Curso de Cibersegurança e Gestão de Crise no Ciberespaço*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1004&area=1610> [Último acesso: 21 de setembro 2017].

Instituto da Defesa Nacional. (s.d.g). Apresentação da Ação de Formação para Professores do Ensino Básico e Secundário. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/21122015x1_afsdp.pdf [Último acesso: 3 de Outubro de 2017].

Krahmann, Elke (2001). *The Emergence of Security Governance in Post-Cold War Europe*. Working Paper 36/01. ESRC “One Europe or Several?” Programme. Sussex European Institute. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/eb5d/d9f95dc614d8a5f857f5096891a320e62893.pdf> [Último acesso: 15 de Maio de 2017].

Santos, José Alberto Loureiro dos (2006) “A Importância do IDN na Sociedade Portuguesa”. Palestra General Câmara Pina no Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CamaraPinaJoseAlbertoLoureiro.pdf> [Último acesso: 24 de Abril de 2017].

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 1: Quadro-resumo das atividades desenvolvidas no estágio

Tipo de atividade	Nome da atividade		Tema	Conceitos-chave	Data	Duração
Conferência	Ciclo de Conferências “Debates do IDN”		"Transições de regime e instabilidade regional"	Transições de Regime; Europa; Instabilidade Regional; Médio Oriente	20 de Dezembro de 2016	Manhã
Seminário	Nacional	Ciclo de Seminários sobre "Os BRICS e a Ordem Internacional"	“A China e a Ordem Internacional”	Ordem Internacional; BRICS; China	15 de novembro de 2016	Tarde
		Ciclo de Seminários sobre "Os BRICS e a Ordem Internacional"	“A Federação da Rússia no Sistema Internacional”	Sistema Internacional; BRICS; Rússia	21 de fevereiro de 2017	Manhã
		Seminário Nacional “O Daesh e o Flanco Sul”	“O Daesh e o Flanco Sul”	Estado Islâmico; Flanco Sul; NATO; Terrorismo; Médio Oriente	12 de dezembro de 2016	Dia
	Internacional	Seminário Internacional: “International regimes in a globalized world”	“International regimes in a globalized world”	International Regimes; Globalization	29 de novembro de 2016	Manhã
		Workshop Internacional “Geopolítica da Energia e Segurança Energética”	“Geopolítica da Energia e Segurança Energética”	Geopolítica; Energia; Segurança Energética	12 de janeiro de 2017	Manhã
		Seminário Internacional sobre “Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”	“Security Capacity Building in Africa: has it ever worked?”	Africa; Security; Capacity Building	31 de janeiro de 2017	Manhã
		Seminário Internacional sobre “Brexit: consequências para a UE, a NATO e Portugal”	“Brexit: consequências para a UE, a NATO e Portugal”	Inglaterra; União Europeia; NATO; Portugal; Brexit	28 de março de 2017	Dia

Grupo de Estudos	18ª Reunião do Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (GEPESDE)”	“Europeização da política externa portuguesa – 30 anos após a integração europeia”	Integração Europeia; Política Externa Europeia; GEPESDE	11 de outubro de 2016	Tarde
	19ª Reunião do Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (GEPESDE)”	“A Europa e os partidos populistas”	Europa; Populismo; Partidos Políticos; GEPESDE	9 de fevereiro de 2017	Tarde
	20ª Reunião do Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (GEPESDE)”	“Estratégia Global da União Europeia e as crises externas”	Estratégia Global; União Europeia; Crises Externas	3 de março de 2017	Tarde
	21ª Reunião do Grupo de Estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (GEPESDE)”	“Current challenges to European defense”	European defense; European Union; GEPESDE	29 de março de 2017	Tarde
Cursos	XVII Curso de Defesa para Jovens 2016	-	Defesa; Segurança; Jovens	12 de Setembro de 2016 (início)	3 semanas
	X Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas		Defesa; Segurança; Jornalistas	3 de Outubro de 2016 (início)	4 semanas
	IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa na Madeira (IV CISEDE Madeira) – 1º e 2º Módulo		Defesa; segurança; Madeira; relações internacionais	18 de Novembro de 2016 (início); 15 de fevereiro de 2017 (início)	4 dias; 3 dias
	VIII Curso de Gestão Civil de Crises 2017 (VIII CGCC-2017)		Gestão civil de crises; segurança; defesa; UE	3 de março de 2017 (início)	6 dias

	IVº Curso de “Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço” 2017		Cibersegurança; ciberdefesa; ciberespaço; estratégia; cibercrime	20 de março de 2017 (início)	6 dias